

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA:
MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADE NEGRA
EM LAGES – SANTA CATARINA (1918 – 2012)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Eráclito Pereira

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA:
MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADE NEGRA EM
LAGES – SANTA CATARINA (1918 – 2012)**

Eráclito Pereira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Medianeira Padoin

**Santa Maria – RS, Brasil
2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira, Eráclito

Centro Cívico Cruz e Souza: Memória, Resistência e Sociabilidade Negra em Lages - Santa Catarina (1918 - 2012) / Eráclito Pereira.-2013.
109 p.; 30cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Coorientadora: Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2013

1. PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO 2. MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NEGRA 3. MUSEOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE 4. CLUBE SOCIAL NEGRO - LAGES, SC
I. Padoin, Maria Medianeira II. Fernandes Gonçalves da Costa, Heloísa Helena III. Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Eráclito Pereira. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Bruno Macedo, nº 87, Bairro Centro, Bom Jardim da Serra – SC, 88640-000 Fone: (0xx49) 91325110; *E-mail*: eraclitomuseologia@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio
Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA:
MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADE NEGRA EM LAGES –
SANTA CATARINA (1918 – 2012)**

Elaborada por
Eráclito Pereira

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Medianeira Padoin, Dr^a.
(Presidenta/Orientadora)

Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, Dr^a.
(Co-orientadora)

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a. (UFSM)

Paulino Jesus Francisco Cardoso, Dr. (UDESC)

Santa Maria, 12 de Abril de 2013

À **População Negra**, que busca cada vez mais reafirmar sua identidade cultural, por ser resiliente e resistente e por nunca desistir de lutar pela sua sobrevivência, e por me estimular a pensar na necessidade da formação permanente e no museu como espaço de expressão popular, aprendizagem significativa e de integração comunitária.

Dedico também a **Sebastião Ataíde** (*in memoriam*), cujos escritos me revelam a nobreza e a garra de um negro altivo, que aprendeu, ainda em tenra idade, a sobreviver na Fazenda Santa Cecília, às margens do rio Pelotas, e a enfrentar as rudezas da vida e a tragar desilusões. Professor, escritor, cientista social, esposo e pai exemplar, militante ativo no movimento negro lageano e, ao mesmo tempo, um ser iluminado capaz de perdoar os seus algozes. Foi o primeiro negro a receber um diploma de segundo grau dos educandários de Lages e o primeiro negro a ter exercido a profissão de bancário. Por jamais desistir dos anseios e ideais do povo negro. Citando Sebastião: “valorizo meus ancestrais e compatriotas, sem depreciar o ‘branco’, que ainda hoje caminha com as pernas do negro...”. Sua luta é nossa luta!

À **minha família**, nicho do qual herdei valores humanos, pelo amor, carinho e apoio.

Aos meus pais: **Regina** e **José Ivandel**, grandes baluartes da educação e do desenvolvimento humano, que com seu amor incondicional e suas preces compreenderam minha presença ausente nos largos dias de estudo.

Aos **meus irmãos** negros e pardos, pardos e negros: **Claiton, Evandrini, Naindri, Andreina Flávia e José Ivandel Jr.**, que compartilharam expectativas, angústias e alegrias e, mesmo ainda não entendendo tudo, ajudaram imensamente com sua espontaneidade, com seu sorriso e seu carinho.

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora **Profª Drª. Maria Medianeira Padoin e Co-orientadora Profª Drª. Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa**: pela sensibilidade, respeito e amizade a mim dispensados. Pelo olhar apaixonado e profissional com que sempre trataram este trabalho, impelindo e proporcionando novos olhares e novos horizontes transformadores da realidade e que foram fundamentais nas elucidações e conclusões desta dissertação.

Ao **Movimento dos Clubes Sociais Negros do Brasil**, à **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR**, e à **COPPIR – SC em nome de Ana Paula Cardozo** pelo apoio e auxílio nas pesquisas de campo, na materialização das demandas dos Clubes Negros do Brasil com aportes financeiros, e aos representantes dos Clubes Negros de toda a nação brasileira, pela maestria com que lutam pela salvaguarda e preservação de seus espaços.

À “museóloga” negra de Santa Maria: **Giane Vargas Escobar**, pelo respeito e confiança em meu trabalho, por ter sido uma das principais responsáveis pelo meu ingresso no curso, pelo carinho de mãe que muitas vezes fez com que me sentisse perto de minha genitora, mesmo estando eu a quilômetros de distância, por compartilhar experiências e projetos, dividir expectativas, emoções e sentimentos em meio às brutas ânsias acrobáticas, por vezes, oriundas de nossa “pretice” astuta, retinta, resistente, lutadora e ilustre que tão bem nos identifica e aos nossos ideais de liberdade e dignidade humana!

À **Elizabete Neves Pires – Betinha**, pelo carinho, amizade e amor incondicionais, pela tua presença constante em minha vida, auxiliando-me nos momentos difíceis e quando tudo parecia impossível! Motivo pelos quais não preciso escrever aqui: Nós sabemos! A você minha eterna gratidão!

À “minha irmã” museóloga **Caroline Martello**, por abnegar-se de seus sonhos para sonhar os meus e, viajar no balão das minhas utopias tornando-as realidade.

À minha sempre amiga e colega de profissão, **Fernanda Magalhães Pinto**, pelo carinho e amizade incessantes e por ter sido presença constante em todos os momentos deste mestrado, dividindo sonhos e perspectivas!

Ao **Monsenhor Octávio de Lorenzi** e à **Maria Terezinha Costa Antunes**, pelas orações, amizade, e pelas muitas vezes que investiram em minha formação, a minha gratidão e a minha prece!

Aos amigos da **Viés Cultural Museologia e Patrimônio: Caroline, João Paulo, Marco Antônio e Maurício**, pelo incentivo e apoio, pela amizade e troca de conhecimentos, pelos desafios e oportunidades de juntos crescermos humana e profissionalmente.

À **Comunidade Religiosa da Paróquia Nossa Senhora de Fátima da Arquidiocese de Santa Maria**, nas pessoas de **Edila, Ivana, Honorina, Maria de Lourdes e Zilda**, pelos momentos de encontros e reflexões, pela amizade, carinho, apoio e por dividirem o muito de sua fé comigo!

Aos amigos **Dorval, Eliza e Maria Bernardete Medeiros Paust**, pela atenção, acolhida, amizade e carinho a mim dispensados desde o primeiro momento em que estive na cidade de Santa Maria.

Aos estimados **Coordenadores e Professores do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria**, que selecionaram este trabalho e apostaram em um projeto voltado para questões da negritude.

Um agradecimento especial à **Profª Drª Denise de Souza Saad**, por confiar no meu trabalho, incentivando-me nos caminhos profissionais e da pesquisa científica, e me apoiando nos momentos de dificuldades.

Ao entusiasmados **Acadêmicos do Curso de História, participantes do Núcleo de Pesquisa “História e Cultura VIII”, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria** na pessoa do seu Coordenador **Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**, pela confiança e respeito que sempre depositaram em meus fazeres profissionais no decorrer das aulas de Docência Orientada e pelo empenho em mudar a realidade da cultura brasileira.

À **ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários**, em nome de **Odalice e Valter Priosti**, bem como de **Hugues de Varine** por acreditar e estimular a criação e desenvolvimento dos “museus heréticos”.

À **Fundação Cultural de Lages** e ao **Museu Histórico Thiago de Castro** em nome de **Iáscara Varela, Carla Souza e Helena Barp Reis** pela concessão de acervo documental e iconográfico do Arquivo do MHTC, bem como materiais necessários para os procedimentos da pesquisa.

À diretoria do **Centro Cívico “Cruz e Souza”**, em nome do casal presidente **Sebastião e Sara** pela confiança em meu trabalho e concessão de documentos internos, plantas baixas e livros atas do Clube para que fosse realizada a pesquisa.

Ao Ponto de Cultura **Obatalá Movimento Negro de Lages**, em nome de **Sonia Maria da Rocha Pereira** pelo material disponibilizado para a pesquisa e pela troca de experiências.

Ao **NEAB da Universidade do Planalto Catarinense** – Uniplac, em nome da professora **Maria Aparecida Gomes (in memoriam)**, pelo fornecimento de material teórico para elucidar as ideias dissertativas.

Aos **antigos sócios e sócios remidos do “Cruz e Souza”**, pelas informações e riqueza imaterial que me repassaram nas entrevistas concedidas.

Ao amigo historiador **Valdemir Luís dos Santos Hoffmann** pelo apoio incondicional na pesquisa bibliográfica e análise de documentos historiográficos e museológicos.

Aos primos **Boaventura e Ana Karina, João Maria e Eva Cleonice** pelo carinho, respeito e apoio nos muitos dias e noites de pesquisa que juntos passamos.

À **Maria Inês Ataíde Salmoria** (filha do saudoso Sebastião Ataíde) por percorrer a cidade de Lages auxiliando na pesquisa de História Oral com os antigos Sócios do “Cruz e Souza” e por me conceder um exemplar do livro “O Negro no Planalto Lageano”, de autoria de Sebastião Ataíde e que foi essencial para a conclusão desta dissertação!

À **equipe de dinamizadores do Museu Comunitário Treze de Maio** – família da qual jamais esquecerei, amigos caros de valor inestimável – pelo aprendizado não apenas teórico, mas, sobretudo, pelo aprendizado humano que juntos vivemos neste espaço sagrado, onde as paredes, já centenárias, guardam em seu ínfimo pedaços de vida da gente que não se cristalizam, mas se fortalecem a cada vivência diária, a cada vez que ressoam os “tambores amores...”, onde se perpetua viva a cultura e a memória resistente de meus irmãos e irmãs, homens e mulheres e crianças negras e negros aguerridos na luta pela preservação de seu maior patrimônio cultural, a sua identidade.

A **Marcos Giliard Vieira Gizeria**, pela amizade, amor e carinho incondicionais que nos unem! Grato por ter me proporcionado belos e inesquecíveis momentos que ficaram para sempre em minha memória!

Aos amigos dos mil e um lugares, em especial à **Anderson Garcia, Alecssandra Cunha, Alexon Messias, Carlos Orellana, Dilson Júnior, Diogo Morais, Ed Carlos Alves, Isabel Idoraque Lopes, Jaqueline Pes, Jéssica**

Machado de Vargas, José Roberto dos Santos, Luciana Messender, Luciele Fagundes, Luiza Liene Bressan, Maria Lúcia Nedel, Patrícia Rodrigues, Rachel Silva, Renata Cittadin, Rita Pedreira e Ronaldo Domingues, pelos momentos de felicidade que me proporcionaram quando juntos falamos sobre os nossos sonhos.

A **Ricardo Mello Rossato**, por ter sido meu anjo da guarda em Santa Maria, pela amizade, amor, carinho, confiança e companheirismo! Obrigado por sonhar os meus sonhos, e por vivenciar meus sentimentos, minhas emoções e anseios.

Aos **colegas do Mestrado em Patrimônio Cultural/UFSM** pela amizade, apoio e troca de conhecimentos que ocorreram durante este curso.

Aos **orixás** que protegem a mim e ao meu povo negro, o meu agradecimento!

A **Deus**, força procriadora, por focalizar sua luz divina em minha vida, e por me dar diariamente o que necessito em pão e entendimento.

Hino do Centro Cívico Cruz e Souza

Do Civismo o pendão alvamos
Denodados, com fé, com ardor,
Quando ufanos e crentes fundamos
Este Centro de paz e amor

Nosso lema é reunir os pequenos
Os humildes que ganham seu pão,
E dizer-lhes, altivos, serenos!
A grandeza da nossa missão.

Sejamos unidos
Que dez Valem mil!
Cantemos as glórias [estribilho]
Do nosso Brasil.

Ao trabalho compete um lugar
De elevado destaque na História.
Aos seus filhos compete lutar.
P'ra galgá-lo com honra e com glória.

A extensão, a fortuna, a beleza,
Do Brasil desd'as serras ao mar
Os seus feitos de tanta grandeza
É mister conhecer, celebrar.

Para tanto elevemos nossa alma.
Eduquemos os nossos costumes;
Da vitória teremos a palma,
Do saber gozaremos os lumes,

A riqueza do pobre é a virtude,
É a consciência da honra e dever.
Conquistemol-a em toda amplitude!
Para tanto é *mister* aprender.

Letra: *Caetano Vieira da Costa*

Música: *Maestro Lourenço Baptista e
Negro Pedro Cândido*

Lages – SC, 1919

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADE NEGRA EM LAGES – SANTA CATARINA (1918 – 2012)

AUTOR: ERÁCLITO PEREIRA
ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN
CO-ORIENTADORA: HELOÍSA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de abril de 2013.

Os Clubes Sociais Negros tiveram exímio papel e atuação incisiva na formação da sociedade brasileira, no que concerne a luta contra a escravidão e a discriminação racial. Com uma concepção ampla e contemporânea, as ações no âmbito do Patrimônio Cultural vêm ultrapassando a monumentalidade e mesmo a materialidade como parâmetro de proteção, para abranger os saberes, as práticas e as manifestações populares, garantindo a preservação da memória dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

O **problema** que delinea este trabalho versa sobre quais as principais medidas que devem ser tomadas por gestores públicos e o Estado, no que tange à preservação destes territórios que, ao final do século XX e início do XXI, vem procurando sobreviver às intempéries da desarticulação e do descaso, além da perda de identidade cultural e de memória. O trabalho utiliza como **metodologia** a pesquisa documental e bibliográfica, além de técnicas de história oral e análise dos encaminhamentos finais do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado no ano de 2006 na cidade de Santa Maria – RS e que deram origem a novas perspectivas e paradigmas expressos nas demandas da “Carta de Santa Maria” documento que aponta as diretrizes para as ações de dirigentes clubistas e poder público para os próximos anos. A investigação tem como **objetivo principal** dar visibilidade a história do Centro Cívico Cruz e Souza de Lages – SC, por meio das histórias e memórias dos seus protagonistas, propondo políticas públicas de manutenção e preservação do patrimônio cultural material e imaterial, salvaguarda, fortalecimento e comunicação destes espaços de memória, identidade e resistência negra, à luz de processos museológicos contemporâneos.

Palavras-chave: clubes sociais negros; memória; patrimônio material e imaterial afro-brasileiro; museu; políticas públicas.

ABSTRACT

Master Thesis
Graduate Professional Program in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

CRUZ E SOUZA CIVIC CENTER: BLACK MEMORY, RESISTANCE AND SOCIABILITY IN LAGES – SANTA CATARINA (1918 – 2012)

AUTHOR: ERÁCLITO PEREIRA
ADVISOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN
CO-ADVISOR: HELOÍSA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA
Date and place of the Master Thesis Defense: April 12th, 2013.

The black social clubs have had a great role and effective work in the formation of Brazilian society regarding the fight against slavery and racial discrimination. Having a wide contemporary conception, actions in the scope of cultural heritage have been passing monumentality and even materiality as a parameter of protection in order to embrace popular knowledge, practices and manifestations, guaranteeing the preservation of memory of different social groups that are part of Brazilian society. The issue that guides this work is about the main measures that must be taken by public managers and by the State regarding preservation of the Black Social Clubs and their territories that, by the end of the 20th and the beginning of the 21th century, have been trying to overcome the adverse moments of dislocation and neglect, besides the loss of cultural identity and memory. This work uses bibliographic and documentary research as its methodology, besides techniques of oral history and analysis of the conclusions of the 1st National Meeting of Black Clubs and Societies, which took place in 2006 in the city of Santa Maria – RS, and gave rise to new perspectives and paradigms expressed in the demands in the “Letter of Santa Maria”, a document that shows the policies for actions by club managers and the government for the next years. This research mainly aims to show the history of Cruz e Souza Civic Center from Lages, SC, by means of stories, history and memories of its main participants, proposing public policies for maintenance and preservation of material and non-material cultural heritage, protection, fortification and communication among these spaces of black resistance, identity and memory, in the light of contemporary museological processes.

Keywords: Black social clubs; memory; material and non-material African-Brazilian heritage; museum; public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

CCCS – Centro Cívico Cruz e Souza

CS – Cruz e Souza

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHTC – Museu Histórico Thiago de Castro

MTM – Museu Treze de Maio

SCFTM – Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal

URCA – Escola de Samba Unidos do Ritimo Castro Alves

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. O NEGRO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	21
2.1 O negro em Santa Catarina: a resistência da cor em meio à visão descolorida pelo preconceito.....	21
3. MEMÓRIA E IDENTIDADE A (DES)CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO	25
3.1 Museus e Clubes Sociais Negros: Espaços de Memória e Desenvolvimento Social	25
3.2 Possibilidades Museológicas os Clubes Sociais Negros.....	28
3.2.1 O Museu e as Práticas Interdisciplinares	30
3.2.2 O museu como questão social e de integração comunitária	36
4. O CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA: ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO PLANALTO CATARINENSE	44
4.1 Lages no início do século XX.....	44
4.2 Centro Cívico Cruz e Souza: Espaço de Afirmação, Identidade e Memória dos Negros do Planalto Catarinense.....	45
4.2.1 As origens da Sociedade Cívica Cruz e Souza (1918).....	48
4.2.2 O Centro Cívico Cruz e Souza construindo sua história (1938 – 2012)	54
4.3 Clubes Sociais Negros como espaços museológicos: O caso Treze de Maio de Santa Maria – RS	83
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS.....	95
FONTES ORAIS	101
ANEXOS	103

1 INTRODUÇÃO

O olhar ecomuseológico e comunitário começou a ter destaque em meados de 2006 quando fui aprovado no vestibular para o Curso de Museologia do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, mas foi somente em julho de 2008, na cidade de Florianópolis – SC que a Prof^a Betinha Pires me apresentou à Hugues de Varine, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Maria Terezinha Resende Martins e Odalice Miranda Priosti, com os quais comecei a travar trocas de experiências e aprendizados significativos. A partir daí minhas pesquisas foram direcionadas a uma nova perspectiva, a um novo olhar museológico e a um novo campo sedento por preservação, salvaguarda e difusão de seu patrimônio cultural material e imaterial!

Mas o ponto nodal de minha escolha pela temática dos Clubes Sociais Negros só aconteceu em meados de novembro de 2009. Nesta data acontecia em Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, a I Jornada de Formação em Museologia Comunitária e foi lá que tive a honra de conhecer duas mulheres esplêndidas, aguerridas militantes do movimento clubista – que até então me era desconhecido – empenhadas em preservar e difundir a memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil, legítimos territórios de resistência, memória e desenvolvimento social, a saber, Giane Vargas Escobar e Joana de Cássia Prudêncio, que me impulsionaram quais molas motrizes, ter um novo olhar de pertencimento à minha própria identidade e pela história do meu povo negro.

A experiência museológica estava agora associada com os ideais de luta de militantes do movimento negro e me instigaram a desenvolver um projeto, onde os meus pensamentos não se restringissem apenas ao individual, a academia, mas sim que extrapolassem as avenidas e anseios tornando-os acessíveis à coletividade.

Meu projeto inicia quando decidi frequentar um curso de pós-graduação em Educação das Relações Etnicorraciais e Multiculturalismo, pela Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, e que, após a segunda disciplina, foi fechado pelos dirigentes da Instituição, alegando que o curso não possuía acadêmicos suficientes para que mantivessem os custos oriundos para permanência de turmas. Seria o quórum insuficiente ou seriam os negros que compunham a maioria da classe que estavam incomodando e (des)colorindo aquele espaço de saber?!

Frequentar um Mestrado em Patrimônio Cultural em uma Universidade Pública fez uma grande diferença, pois, se nos cursos superiores podemos perceber que 98% dos estudantes são brancos, imaginem o percentual de negros em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em nossas universidades públicas¹.

Esse trabalho tomou como referência a revitalização do antigo Clube Treze de Maio em Santa Maria – RS, por meio da implantação de um museu comunitário que tem uma curta trajetória, porém significativa, na medida em que foram investidos em seu espaço recursos públicos, concretizados por meio de Ações Afirmativas da Administração Pública Municipal e do Governo Federal. O processo de implantação de um Museu Comunitário e revitalização da sede do antigo Clube 13 de Maio fizeram-se importantes não só para a comunidade negra, mas para a sociedade de Santa Maria – RS, na medida em que revigorou ânimos, criou novas possibilidades e expectativas, reconstruiu uma história por tanto tempo apagada dos registros históricos.

Por este motivo, acredito na **relevância de se trabalhar** com os Clubes Sociais Negros do Brasil, já que neles estão inseridas histórias e memórias de uma significativa parcela da população negra, que não congelam no tempo e no espaço, mas que podem ser dinamizadas em ações museológicas e comunitárias, mantendo viva a memória, legitimação e poder de mulheres e homens negros que ainda hoje, passados 125 anos da abolição da escravatura, sofrem com a discriminação de gênero, raça e classe. Há que se avançar, e muito, em termos de reparação.

Segundo Escobar (2010, p. 24), pesquisar Clubes Sociais Negros é sem dúvida alguma um desafio que se coloca diante de uma sociedade que não se reconhece como racista e não admite que homens e mulheres negras também construíram este país com sua força de trabalho, onde a globalização impõe comportamentos iguais, quando há uma diversidade de culturas, e, conseqüentemente a isso, ocorre o desaparecimento das culturas diferentes, também chamado de sincretismo negativo, que é interpretado por Barbosa (2006, p. 15) como “a política cultural da dominação, é a destruição e extirpação do ‘outro’, por meio do convívio forçado entre diferentes culturas”.

Ao escolher como **tema/problema** de minha dissertação de Mestrado os Clubes Sociais Negros, reafirmo a importância e necessidade das pesquisas

¹ ESCOBAR, 2010, p. 18

relacionadas às questões etnicorraciais, e aos estudos africanos e afro-brasileiros, que se fundamentam legalmente na aplicabilidade da Lei 10.639/03.

A investigação teve como **objetivo principal** propor políticas públicas de preservação, manutenção, fortalecimento e difusão destes legítimos territórios de memória, resistência, identidade negra e desenvolvimento social, **centrando o estudo e delimitando o tema** na trajetória e transformações pelas quais tem passado, ao longo dos seus quase 100 anos de existência, o Centro Cívico Cruz e Souza, segunda sociedade dançante da cidade de Lages e terceira do Estado de Santa Catarina², fundada por homens negros, em 1918. O trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo esta Introdução o Primeiro Capítulo da referente tese.

Como **objetivos específicos** o trabalho se propôs a analisar e interpretar as informações cadastrais de Clubes e Sociedades Negras do Estado de Santa Catarina, coletadas pela COPPIR – Coordenação Estadual de Políticas Públicas de Igualdade Racial; propor que estes espaços sejam um canal para a implementação de ações afirmativas e de políticas públicas de promoção da igualdade racial, em especial da Lei 10.639/03 que obriga o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; disponibilizar para os clubes e sociedades negras do Estado de Santa Catarina, informações acerca da trajetória de implantação do Museu Treze de Maio de Santa Maria – RS, os desafios e possibilidades de desenvolvimento, a partir da sua revitalização e de como é possível transformá-los também em museus comunitários. Difundir de forma ampla, as ações de clubes e sociedades negras por meio do Portal dos Clubes Sociais Negros, visando trocar experiências e conhecimentos.

Neste trabalho, utilizei como **metodologia** a pesquisa documental; a bibliográfica e a análise das fontes orais. Foram extraídas informações dos livros de atas, carteirinhas e fichas de associados do Centro Cívico Cruz e Souza, de Lages – SC. Para entender a diversidade e semelhança de “identidades” presentes nos espaços de negros, utilizei também, informações dos estatutos, escritos acerca de clubes de outros Estados, a começar pela antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, hoje Museu Treze de Maio, de Santa Maria – RS.

A **pesquisa de campo** tem um caráter descritivo e uma abordagem qualitativa "envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e

² Fonte: ROMÃO, Jeruse. **O que move o negro? Inventário sobre o movimento negro em Santa Catarina**. Florianópolis, 2001.

processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos sujeitos" (GODOY, 1995, p. 58). Basicamente analisa um fenômeno e trabalha com descrições, comparações e interpretações. Assim, se estruturou o trabalho na abordagem qualitativa, visto que ela busca, acima de tudo, a riqueza de significados junto às estruturas sociais, "preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais." (COSTA, 2006, p. 93).

Por ter o método de pesquisa descritivo, características de observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos buscaram-se as informações necessárias por meio da história oral, segundo Gil (2006, p. 44) "são incluídas neste grupo, as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população", ou seja, são pesquisas que descrevem as características, propriedades ou relações existentes no grupo ou da realidade em que foi realizada a pesquisa.

O método exploratório norteou a pesquisa para o desenvolvimento de hipóteses, pois formulou questões que se encaixam na abordagem quantitativa bem como na abordagem qualitativa.

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa. (SEVERINO, 2007, p. 123)

O **Segundo Capítulo** se propõe a analisar a presença do negro no contexto da formação da sociedade brasileira no final século XIX, especificamente no Estado de Santa Catarina.

No **Terceiro Capítulo** procura-se entender os conceitos de museu, memória e identidade e as possibilidades museológicas, interdisciplinares, educativas e de integração comunitária para os Clubes Sociais Negros.

O **Quarto Capítulo** se dedica a estudar o Centro Cívico Cruz e Souza enquanto espaço de afirmação da identidade negra no Planalto Catarinense. Mostrará a cidade de Lages do século XX e o estudo voltado para os museus comunitários sob a ótica da Nova Museologia e da concepção do patrimônio como possibilidade de desenvolvimento local, o Caso Treze de Maio de Santa Maria/RS.

A **Conclusão** apresenta os resultados alcançados e perspectivas de futuras pesquisas.

Meu trabalho é resultado de uma relação “vivido-concebido”³, que me proporcionou novos conhecimentos acerca da luta da afirmação existencial da população negra. Fez-me, ainda, ser consciente de que esta luta também é minha, preservar e amar o patrimônio cultural que permeia em contextos diversos onde convivi e convivo.

Desta forma, fui estimulado a visitar antigos sócios, sócios remidos e ativistas militantes do Movimento Negro de Lages, no Planalto Serrano Catarinense, e levantar informações acerca da trajetória do Centro Cívico Cruz e Souza. O trabalho de história oral foi eixo fundamental para a elucidação deste trabalho, haja vista, a ausência de registros historiográficos e documentos que se perderam desde o ano de 1918, quando ousados e aguerridos homens negros decidiram fundar a sociedade, até os dias atuais onde apesar das inúmeras adversidades mantêm suas portas abertas.

Em 2011 mudei para a cidade de Santa Maria, onde juntamente com a colega e amiga Giane Vargas Escobar pude vivenciar, conceber e apreender de fato o sentido e significado das ações sistêmicas e articuladoras que permeiam os patamares públicos, sociais e comunitários em meio a um universo museológico e negro.

Durante os anos de 2010 e 2011 fiz contatos com o Movimento Negro de Lages, com antigos sócios e ativistas negros do Estado de Santa Catarina. A partir de janeiro de 2012 foi dado início aos trabalhos de investigação e pesquisa bibliográfica e documental, nos arquivos documentais do “Cruz” e nos acervos documentais e iconográficos do Arquivo e Biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro – MHTC. No mês de fevereiro de 2012 foram realizadas 17 entrevistas com antigos sócios com idade entre 49 e 92 anos, cujas informações foram preciosas e precisas para o meu entendimento do real significado simbólico e afetivo do Centro Cívico Cruz e Souza para a comunidade Lageana e Catarinense.

É essencial a criação de processos sistêmicos na área do patrimônio cultural afro-brasileiro, que permeiem os patamares sociais, onde o diálogo entre as diversas culturas aconteça, a fim de que seja desenvolvida a prática de cidadania.

³ LUZ, 2000, p. 15

Esta pesquisa é, antes de tudo, uma contribuição para se desenvolver políticas públicas e ações afirmativas de forma coerente e integrada à sociedade onde estão presentes os espaços de negros e os espaços museológicos, e apresenta como produto final as diretrizes legais para o tombamento do Centro Cívico Cruz e Souza como Patrimônio Cultural da cidade de Lages – SC.

2 O NEGRO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Neste segundo capítulo, pretende-se evidenciar alguns aspectos da identidade afro-brasileira, que contribuíram para a formação da sociedade do nosso país no final do século XIX e início do século XX, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, onde a “cor” é resistente até os dias de hoje, em meio a uma visão descolorida pelo preconceito.

2.1 O negro em Santa Catarina: a resistência da cor em meio à visão descolorida pelo preconceito

A partir do século XIX, a sociedade brasileira encampou intrépidas discussões acerca daquilo que era vivenciado na Europa. A este conjunto de costumes, ideias e diretrizes que norteavam um novo padrão de vida, Norbert Elias⁴ denominou-o de processo civilizador.

Neste contexto podemos analisar o cenário do Estado de Santa Catarina, que não esteve isento deste processo; formado por uma heterogeneidade étnica e cultural, esta por sua vez, compreendendo múltiplos costumes, que foram visados como obsoletos e rústicos pelas elites que o colonizaram. No final do século XX o movimento ganhou grande força na cidade de Lages, justamente por ela, assim como Laguna, cidade do Litoral Sul do estado, serem compostas, em sua maioria, por populações descendentes de africanos, índios e luso-brasileiros.

Essas mesmas elites, a todo custo, vislumbravam a possibilidade de “civilizar” o povo, mediante paradigmas europeus, criando novas formas de conduta e sociabilidade. Promover a invisibilidade negra era um dos principais objetivos e suportes das elites dominantes e da intelectualidade brasileira, que tinham como fundamento uma “ideologia de branqueamento”, cuja prioridade era acabar

⁴ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma historia dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

gradativamente com a barbárie representativa que o negro e o índio possuíam em meio à sociedade, afim de que ela, de fato, fosse considerada “civilizada”.

A invisibilidade tem sido, portanto, mais um dos atributos pagos por populações de origem africana em Santa Catarina. Além da historiografia, os meios de comunicação de massa vêm construindo uma imagem de loira catarina, um pedaço da Europa no Sul do Brasil, e, desta forma, acaba-se acrescentando, mesmo que involuntariamente, mais uma forma de discriminação: a negação da existência e da memória (MARCON, p. 233)⁵

São os membros destas mesmas elites que fundam os jornais, criam grupos e espaços de lazer tais como blocos carnavalescos, grupos teatrais, fundações beneficentes e os famosos clubes sociais, onde a população negra era impedida de frequentar, como citado anteriormente, o objetivo das elites era se afastar de manifestações culturais públicas, e uma vez em espaços privados, valer-se da imprensa, para dar visibilidade pública às suas pretensões socioculturais e políticas.

No intuito de coibir “usos e abusos”⁶, as cidades brasileiras, em geral, criaram leis e códigos de postura e conduta na tentativa de disciplinar as mais diversas formas de comportamento. Com isso, procuravam dar uma nova roupagem às cidades, por meio do alinhamento de ruas e edificações, embelezamento da cidade, promovendo um remodelamento urbano que encobrisse as mazelas sociais.

Na cidade de Lages, no ano de 1845, estabeleciam-se penalidades ao proprietário “que a partir da publicação desta (lei) a seis meses, não tiver calçado seis palmos em frente de suas cazas”.⁷

Limpendo a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizado cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar, evitando aglomerados por um lado e os perigos do vazio por outro. (PECHMAN, 1994, p. 33)

Diante de atitudes como estas, é possível perceber toda a prática segregacionista que as elites utilizavam, determinando aos excluídos sociais a ocupação de locais distantes dos grandes centros, com vistas a obter uma

⁵ MARCON, 2010 p. 15. **Escravidão e preconceito em Santa Catarina**: historia e historiografia, apud PEDRO, Joana Maria e outros (1996).

⁶ PECHMAN, Robert Moses. **Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular**. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero, 1994. p. 31-32.

⁷ COLEÇÃO DE LEIS 1841-1847. **Lei de 05 de maio de 1845**. Florianópolis: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

sociedade com seu jeito de ser, onde seus anseios e *modus vivendi* enraizado nos padrões europeus fossem praticados. A reordenação dos espaços urbanos e públicos carregava dentro de sua prática e de seu discurso, a exclusão daqueles que, aos olhares discriminadores e preconceituosos da alta elite burguesa, pudessem macular a imagem de uma cidade e sociedade por eles idealizada.

[...] havia [...] um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. [...] concretizava-se em pequenas comunidades étnicas, locais ou mesmo habitacionais; [...]. (Carvalho apud Marcon, 2010, p.95)

Exemplo muito presente em inúmeras pesquisas e discursos orais é aquele que pode ser considerado o espaço de maior visibilidade da população negra de Lages – SC, a saber, o Bairro da Brusque; um genuíno território de negros e de negras (as famosas lavadeiras do Lagoão), que justamente por estar a aproximadamente duas quadras da catedral, em pleno centro da cidade, aos poucos foi sendo *branqueado* e *aburguesado* pela elite lageana que impunha normas de saneamento e estética às residências destes populares, além de altas taxas de impostos. Eram ainda ameaçados de receberem exacerbadas multas caso não cumprissem com as exigências legais.

Tinha bastante lavadeiras negras na época lavavam roupas pro colégio que era internato, O Santa Rosa também era internato. Aí elas lavavam pros internos, né, onde daqui muitas: a Vó Marieta, a mãe da Dete, as irmãs Baú, muito lavaram roupa... Que eu me lembre das lavadeiras negras do "Cruz e Souza" que lavavam pro colégio, já não existe mais ninguém! Eram lavadeiras que pegavam a roupa no colégio, traziam, quem tinha água em casa de poço, lavava, e quem não tinha descia ali onde é o Lagoão agora, que aí na época era tudo campo, e tinha as criação, né, boi, vaca, cavalo, galinha, porco... Pegavam as tábuas ali onde é a descida, lá embaixo era o Rio Lagoão, então lavavam as roupas... Do tempo de quarar no pasto... bater, torcer, ponhar no arame, enxiam aqueles arames que eram do potreiro. Quando secava, recolhiam tudo, dobravam, quem passava, passava, quem não passava devolvia no colégio. Mas praticamente era tudo passado e engomado! Levavam na cabeça, me lembro até hoje. Eram muito de carregar na cabeça as trouxas pros alunos. Levavam ali recebiam por mês, né que os pais vinham e pagavam. A maioria era gente preta que lavava roupa pros internos! Senhoras direitas, né! As negras também faziam acolchoados de lã! Vinha muita gente comprar os acolchoados, cobertas de lã por causa do frio, né! A família dos Medeiros, viviam vendendo amendoins torrinhos e pés-de-moleque. Vendiam no tabuleiro na frente do Antigo Cinema⁸.

⁸ Depoimento de Dona Mercedes.

Assim, os negros sem condições financeiras e aos olhares preconceituosos da sociedade burguesa, sem condição moral – a alegria contagiante que emanava da negritude era motivo de incomodo e vergonha para a sociedade. A condição social com que estes homens e mulheres viviam não era condizente com os padrões da época –, se viram obrigados a vender suas propriedades e foram se espalhando pelos bairros e arrabaldes da cidade, expulsos pelo *aburguesamento* da Vila.

O discurso das elites, de igualdade, liberdade e cidadania aos egressos do regime escravocrata, surgidos com a Abolição da Escravatura e a Constituição Republicana, ficou apenas no papel. (MARCON, 2010, p.101)

E passados 125 anos da assinatura da Lei Áurea, vemos que na prática social, as diferenças entre brancos e negros – estes últimos outrora apontados enquanto sujeitos de “cor” apenas em processos crimes –, e em meio a uma visão (des)colorida pelo preconceito, permanecem latentes, proporcionando o desenvolvimento de uma etnicidade negra.

3 MEMÓRIA E IDENTIDADE A (DES)CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO BRASILEIRO

Neste terceiro capítulo, procura-se entender as relações entre os museus e os clubes sociais negros enquanto lugares de memória e desenvolvimento social. O ponto central da questão identifica o território do museu como extensivo à condição de elo cultural na prática das atividades museológicas, ao mesmo tempo em que, os Clubes Sociais Negros também possuem as mesmas características de elos culturais, espaços de memória, resistência e desenvolvimento social associado ao seu maior bem: o patrimônio cultural imaterial (re)significado através da memória viva dos seus sócios e da comunidade negra de seus territórios.

3.1 Museus e Clubes Sociais Negros: Espaços de Memória e Desenvolvimento Social

Os Clubes Sociais Negros surgiram antes de 1888, ano em que a Princesa Isabel assinou a abolição da escravatura. Basta consultar o Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros⁹, para que seja constatada, já no ano de 1872, a fundação da “Sociedade Floresta Aurora” em Porto Alegre no Rio Grande do Sul – Clube Negro mais antigo do país –, seguido da criação da “Associação Club dos Escravos do Brasil”, em 14 de outubro de 1881 de Bragança Paulista – SP e que ganhou as manchetes do país, pelo ato de coragem dos escravos e personalidades de destaque que o fundaram, pela tamanha iniciativa, perante os padrões da época. Posteriormente, em 1934, passou a denominar-se “Clube Recreativo e Beneficente 13 de Maio” e entre suas principais ações, merecem destaque a criação de uma escola de ensino primário para escravos, além de ações sistêmicas de articulação que contemplavam trabalhos para a extinção da escravatura do solo brasileiro e algumas estratégias de fuga das fazendas.

⁹ Maiores informações disponíveis em: www.clubessociaisnegros.com.br .

De modo muito significativo, percebe-se como a população negra vem se organizando das mais diversas formas, e criando as mais eficazes ações, diretrizes e normas na luta por ideais de liberdade e de direitos humanos igualitários.

Segundo análise dos escritos de Escobar (2010, p. 58-59), na sua origem, os Clubes Negros faziam aquilo que o Estado Brasileiro deixava de fazer por ele, em termos de promoção de ações afirmativas e de políticas sociais públicas. A começar por direitos previdenciários que hoje é papel da Previdência Social. Nos tempos idos, estes mesmos negros que se organizavam em sociedades, levavam renda aos trabalhadores que estavam incapazes de trabalhar por motivos de doença e/ou velhice, bem como assistindo seus dependentes em caso de morte.

Conforme Escobar (2010, p. 57)

Eles surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os tradicionais “clubes sociais brancos”.

Os clubes sociais negros são uma realidade no país, ao menos em parte do território nacional e no Estado de Santa Catarina, que surgiram, especialmente, no período pós-abolição, como uma resposta ao processo de segregação social e racial imposto aos negros. A partir de então, foram se proliferando pelo país, como um espaço demarcador de fronteiras étnicas, constituindo juntamente com os terreiros, casas de matriz africana, comunidades remanescentes de quilombo, legítimos territórios de resistência negra, memória e poder da comunidade negra.

Além de promover o conagraçamento entre os seus membros, os clubes e sociedades negras tinham finalidade de cunho social e de solidariedade, onde arrecadavam donativos, compravam cartas de alforria de negros escravizados e custeavam despesas com funeral de seu quadro de sócios, sendo que no interior dessas agremiações nasceram, depois, blocos e escolas de samba.

Em pleno século XXI, muitas destas sociedades enfrentam verdadeiras “guerras judiciais”¹⁰ movidas pelo preconceito, racismo e intolerância de uma sociedade branca que ainda deseja ditar as regras para o lazer do povo negro, ou que “permite” que os negros toquem os seus tambores somente durante quatro dias por ano, durante o carnaval. É o caso da “Sociedade Floresta Aurora” situada em um bairro nobre de Porto Alegre, que enfrenta grave guerra judicial movida pelo

¹⁰ ESCOBAR, 2010.

Condomínio Horizontal Pedra Redonda, que exige o não uso da piscina, da churrasqueira, limitação do horário de festas e de sonorização; além da proibição de circulação de automóveis no clube, que tinha como fonte de recursos, o aluguel de suas dependências a seus associados, para a realização de aniversários, formaturas, chás ou jantares beneficentes.

Segundo Escobar (2010), o poeta e escritor Oliveira Silveira (2006), num exame rápido acerca da situação destes organismos revela sintomas de debilidade, desestruturação, perigo de desaparecimento, a exemplo de tantos que sucumbiram. Neste caso extremo, entre os desaparecidos no Rio Grande do Sul, está o Clube Náutico Marcílio Dias, de Porto Alegre, onde se realizou a primeira evocação nacional do dia 20 de Novembro em 1971 pelo Grupo Palmares; a “Sociedade Nós os Democratas”, também de Porto Alegre; o “Clube Recreio Operário”, de Rio Grande, fundado em 1885; ou a “Sociedade Depois da Chuva”, de Pelotas. Com a vida por um fio, agarrados a um resto de esperança, estão entidades como a “Sociedade Visconde do Rio Branco”, de Passo Fundo, o “Clube José do Patrocínio”, de Osório, a “Sociedade Estrela do Oriente”, de Rio Grande, e outras que, aparentemente acabadas, conservam um sopro de vida, aguardando o interesse e afeição de grupos locais ou associados remanescentes para revitalizá-las.

Em Santa Catarina temos inúmeros casos que vão desde clubes inteiramente ativos como o “Centro Cívico Cruz e Souza” de Lages – pano de fundo deste trabalho – e a “Sociedade Recreativa Novo Horizonte” de Florianópolis, passando por clubes que buscam uma reestruturação para seus espaços, como o “Clube União” de Jaraguá do Sul, até os que se encontram no esquecimento social e foram desativados por inúmeros motivos e que dificilmente se consegue contato com algum ex-membro, mas ao mesmo tempo nos fará buscar informações dessas memórias: “Clube Quatorze de Agosto”, “Sociedade Casa da Amizade”, “Clube Bairro de Fátima”, de Florianópolis; “Clube Cruz e Sousa”, de Blumenau; “Sociedade Recreativa Álvaro Catão”, de Imbituba; “Clube Treze de Maio”, de Santo Amaro da Imperatriz; “Clube Salão do Deca”, de São Joaquim; dentre outros.

Clubes Sociais Negros são espaços associativos de grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (SILVEIRA apud ESCOBAR, 2010, p. 61).

Nesta perspectiva, o museu coloca-se tanto como agente transmissor de cultura, quanto como mediador de experiências visuais e expositivas. Os Clubes Sociais Negros, por sua vez, buscam uma abrangência interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, a fim de alcançar uma ampliação em seu conceito cultural.

3.2 Possibilidades Museológicas os Clubes Sociais Negros

Com uma concepção ampla e contemporânea, as ações no âmbito do Patrimônio Cultural vêm ultrapassando a monumentalidade e mesmo a materialidade como parâmetro de proteção, para abranger os saberes, as práticas e as manifestações populares, garantindo a preservação da memória dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. O Patrimônio deixa de ser herdado para ser também estudado, discutido, compartilhado e reivindicado; e desta forma, colocado no nível de abrangência devida, como direito à memória.

A relação dialética que acompanha o homem em sua trajetória no campo material – em sua vinculação com o objeto – e no campo simbólico – em sua expressão museológica – é ainda muito complexa, tendo em vista que tais processos requerem uma análise mais ampla.

Os museus tem a função educacional – informal e não formal – de fazer com que o indivíduo seja cada vez mais consciente da existência do patrimônio cultural e ambiental que o rodeia e que é sua herança. Tem ainda como meta fazer com que esse indivíduo seja capaz de utilizá-lo de forma multiplicadora de ideias e atitudes. Porém, esta consciência só será adquirida a partir do envolvimento do sujeito com o objeto cultural.

Paulo Freire em seus princípios sobre a Pedagogia afirma que antes de ler palavras, já temos leituras do mundo, e quando lemos palavras acontecem novas leituras do mundo.

A partir desta afirmação, observa-se que o ser humano gera novos conhecimentos, olhares e emoções a partir da leitura de um objeto. Uma ida ao museu surpreende e provoca uma vertigem de percepções e lembranças até então adormecidas na memória.

O objeto museológico passa a representar um papel social, caracterizando-se como um dos elementos formadores da identidade cultural e como mediador entre o homem e o mundo, carregado de signos e revelador de desejos e de aspirações sociais.

É o objeto museológico que projeta o museu. Este, por sua vez, redimensiona-se. Surge na Grécia Antiga, templo das Musas onde as oferendas de adoradores formam coleções, aparece no Egito dos Ptolomeus, passa ao confinamento dos grandes gabinetes do século XVI – tal conotação gera a prática pejorativa do museu que ainda permanece no imaginário, até no erudito, como se aprende no instigante poema “Museu de tudo”, de João Cabral de Mello Neto (1988, p. 269) – e adquire caráter enciclopédico e institucional – de forma social, política, cultural e econômica.

MOLES (1981, p. 9) afirma que “o objeto torna-se mensagem e mensagem social.” Diante desta afirmação nunca é demais lembrar Waldisa Rússio quando afirmou a relação do fato museal: a relação do homem, Ser capaz de agir e interagir na sociedade e o objeto que é parte da mesma realidade onde o ele está inserido.

A sociedade, por extensão, obtém no museu uma das formas de se reconhecer enquanto representação coletiva de suas classes sociais, ao se expressarem culturalmente. Por força dos aspectos que confluem na dinâmica social do museu, seja em seu formato mais arcaico, seja no caráter institucional, tal experiência configura-se como uma alusão museológica tão remota quanto à percepção do ser humano sobre suas referências simbólicas acerca do ambiente onde está inserido.

Ainda que instigante, a temática procura refletir sobre o que representa para o museu a relação com o movimento social negro, por força da preservação do patrimônio cultural material e imaterial, compromisso maior do museu, e das demandas de consumo turístico da sociedade, norteados pela metodologia da educação patrimonial.

Mesmo considerando que o conceito de patrimônio enquanto herança cultural contém um horizonte homogêneo e estabilizador, o processo de incorporação museológica transforma-se em estrutura motriz que almeja colocar o homem como sujeito de sua história e de seu processo cultural.

Tal relação ganha relevância no entendimento de que as duas áreas possuem aspectos complementares e diferenciados no tocante à questão cultural e

patrimonial: o museu como questão social e os Clubes Negros como possibilidade de interação patrimonial e legitimação.

E é nesse contexto que se valida a ideia teórica defendida por Pierre Nora (1993, p. 7-28 *passim*) “fala-se tanto em memória porque ela não existe mais, há locais de memórias porque não há meios para a memória”.

A história se diferencia da memória por seu aspecto de operação intelectual, onde se apresenta como uma representação problemática incompleta que não existe mais, já a memória possui o seu aspecto vivo. Assim sendo é possível afirmar que são os lugares de memória e os indivíduos que estão em seu entorno que permitem e, se permitem legitimar suas ações memoráveis, afim de que, haja uma cristalização da memória.

Na prática, a complexidade da construção da memória individual ou coletiva exige uma relação dinâmica entre os vários tipos de atividades socioculturais para o seu desenvolvimento.

3.2.1 O Museu e as Práticas Interdisciplinares

O Museu não é só um meio de transmissão, é ainda um grande gerador de conhecimento. Porém, quando se pensa em Museu, para muitos educadores e visitantes em geral, o que lhes vêm à mente é a tradicional e repetitiva ideia de que o museu é um lugar cuja principal função exercida é de preservar alguma coisa. Há ainda quem diga e, nesse caso, pode-se dizer que a grande maioria, que museu é lugar de “coisa velha”. De forma ampla, não estão acostumados a pensá-lo como um espaço apropriado para o desenvolvimento da educação, a qual engloba de maneira geral e única às escolas. Estas, por sua vez, utilizam-se deste espaço para torná-lo uma exemplificação eficaz daquilo que dantes fora trabalhado dentro da sala de aula. É comum no fazer pedagógico entender que a escola é o palco principal de aprendizagens, não pensando outros espaços, como os museus, por exemplo, onde é possível desenvolver a potencialidade de produção de conhecimento, o que implica em uma multiplicidade de linguagens.

É imprescindível pensar no público que se atende nestes espaços, uma vez que é diverso e dessa forma o desenvolvimento de um projeto educativo em museus sofre muitas consequências, visto que é necessário e fundamental que um projeto pedagógico seja desenvolvido em um museu e este deve acontecer

constantemente dentro de uma instituição museológica tendo ou não exposições temporárias.

O projeto pedagógico é um planejamento de trabalho participativo que deve atender as necessidades de aprendizagens locais, estimulando a criticidade e a criatividade. É um marco referencial das etapas a serem percorridas no ambiente escolar, que tem como objetivo um estudo que mude conhecimentos e atitudes a partir da solução de problemas¹¹.

Busca-se uma nova visão de museu, busca-se um espaço aberto, capaz de permitir experimentações amplas, como ações educativas onde o sujeito possa criar, construir e representar novos conhecimentos (PANTALEÃO¹², 2006).

Os museus têm a função educacional de fazer com que o indivíduo seja cada vez mais consciente da existência do patrimônio cultural que o rodeia e que é sua herança. Tem ainda como meta fazer com que esse indivíduo seja capaz de utilizá-lo de forma multiplicadora de ideias e atitudes. Esta consciência só será adquirida a partir do envolvimento do sujeito com o objeto cultural.

Frequentemente surgem algumas perguntas: Como fazer com que os museus participem da formação dos educandos? É muito simples: o museu pode proporcionar ações de aprendizagem por meio de situações interdisciplinares. Mas de que forma? Este espaço denominado museal é um espaço interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar e por isso é capaz de educar de forma lúdica e interativa, onde aspectos imaginários, perceptivos, criativos são desenvolvidos, práticas de experimentações são proporcionadas na tentativa de fazer com que o educando possa aprender de modo eficaz e coeso, por meio da assimilação e informação, seja por meio dos objetos, seja por meio das vivências comunitárias.

Tudo que o museu proporciona pode ser trabalhado de forma interdisciplinar, atraente, articulada e, obrigatoriamente, em plena interação com os conteúdos programáticos escolares, de maneira que os professores, independente da disciplina que lecionam, possam adquirir domínio da temática apresentada pelo museu. Assim, estarão constituindo uma rede de múltiplas linguagens que são partilhadas num paralelo onde interagem saberes, fazeres e trocas de experiências.

¹¹ Disponível em: <http://www.educacaofiscal.rj.gov.br> – Acesso em: 11 jan. 2010.

¹² PANTALEÃO, Margarida Brandina – *in* **Museu e ação pedagógica; uma parceria de sucesso** Artigo Publicado na Revista Museu – 2006. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br> – Acesso em: 12 jan. 2010.

Na era das inovações e da tecnologia da informação, vale ressaltar a importância e o significado que o visual – as imagens – tem na construção do saber histórico. Ao trabalhar com os bens culturais do patrimônio histórico no ensino-aprendizagem, os professores estarão estimulando nos seus alunos, a sensibilidade de preservação da memória social coletiva, como condição de uma nova cidadania e identidade.

Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas suas incertezas. (FREIRE, 1997, p. 96)

A partir desta afirmação, percebe-se que o ser humano gera novos conhecimentos, olhares e emoções desde a leitura de um objeto. Por isso, quando se comenta em escolas sobre ação educativa, acredita-se que seja fundamental por parte das mesmas um preparo não apenas dos alunos e/ou dos monitores dos museus, mas também dos próprios professores. Além de estar em contato com o museu, é necessário se ter em mente os motivos pelos quais alunos e professores foram levados a visitar uma instituição museológica. Faz-se necessário, ainda dentro deste contexto, expressar os objetivos a serem alcançados e, ainda, de que forma esta visita fará relação com o ensino-aprendizagem, justificando a necessidade desta pesquisa. Só assim poderá ser desenvolvido um trabalho coerente e que vise à produção do conhecimento e a busca de novos aprendizados.

Muitas vezes os profissionais da educação estão limitados as suas salas de aulas e aos seus conteúdos e métodos, por vezes, desatualizados, e nem se quer percebem os laboratórios riquíssimos que existem ao seu redor, muitos deles na própria cidade ou comunidade da qual fazem parte e que podem ser utilizados e explorados de forma interdisciplinar. Museus, escolas e comunidades, são espaços capazes de proporcionar aprendizagens significativas.

Entendo que o empobrecimento da experiência está presente também no processo de formação dos professores, é preciso pensar alternativas para que futuros professores se percebam como sujeitos construtores de sua prática. (LEITE, 2005, p. 134).

Ainda na sociedade do século XXI se encontram profissionais da educação que não querem ver o diferente e nem é por medo de conhecê-lo, mas sim, pelo comodismo de fazer sempre o mesmo, já que está previamente feito.

Porém surgem outros questionamentos: Que resultados se obtêm com isso? São resultados coerentes e pertinentes? Os educandos e a comunidade interagem na perspectiva museológica? Conseguem realmente aprender? Obtêm conhecimento?

O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensiva atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (aqueles das quais já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, p. 33).

Kramer apud Leite (2005, p. 36) complementa

(...) para ser educativa, a arte precisa ser arte educativa; do mesmo modo, para ser educativo, o museu precisa ser espaço de cultura e não um museu educativo. É na sua precípua ação cultural que se apresenta a possibilidade de ser educativo. O museu não é lugar de ensinar cultura, mas sim, lugar de cultura.

A interdisciplinaridade é uma proposta que surge para construir um trabalho educacional criativo, onde o educando, de modo construtivo, apropria-se do saber existente e a partir dessa ação de apropriação, produz um novo saber. Para que a interdisciplinaridade aconteça, os princípios pedagógicos que a norteiam precisam de esforços individuais e coletivos na mudança de postura do educador, no que concerne à busca de ações inovadoras; essas, por sua vez, precisam estar pautadas no paralelo integral museu, escola e comunidade, isto é, teoria e prática, visando à transformação do ensino aprendizagem.

Em contrapartida, não se pode conceber uma instituição educativa que não esteja voltada para uma aprendizagem constante. Aprendizagem esta que além de envolver todos os indivíduos participantes no processo, deve ser percebida como verdadeiramente criativa.

Segundo Serrat y Rajadell (2002, p. 144) “a força e o dinamismo da aprendizagem, em um tempo de mudanças turbulentas, pedem que a educação, e as instituições que com ela trabalham estejam em contínua evolução”.

Assim, novamente ressalta-se a importância da formação integral do educador. Tanto a formação quanto a qualificação desses profissionais são

realidades históricas concretas e carentes de elucidação em sua gênese e em seu desenvolvimento. A prova deste fato é de fácil percepção se analisarmos a frequência com que são debatidos em congressos e/ou eventos referentes a problemas educacionais, temas relacionados à formação docente e reformas educativas. Além das inúmeras obras bibliográficas que são produzidas a cada ano.

Conforme Marques (2000), isto motiva que os sistemas de formação do educador constituam um setor primário, em permanente evolução, no conjunto de cada sistema educativo nacional.

Santos (2005, p. 61) complementa que a formação do educador exige um processo de reflexão permanente acerca das práticas educativas no intento de avaliar se estas realmente acompanham o desenvolvimento da sociedade e satisfazem as necessidades dos educandos.

Com base nas pesquisas de Bruner (1960 p. 48), pode-se dizer que a aprendizagem é um processo sistêmico que envolve aquisição e absorção de novas informações, habilidades ou experiências em relação ao que já é conhecido. Podemos fazer contato com o material a ser aprendido de três formas¹³, cada uma possibilita que os sujeitos envolvidos aprendam de forma interdisciplinar, isto é, utilizando diferentes modalidades, que tendem a operar em níveis diferentes: modo simbólico (o sujeito aprende de forma abstrata, verbal, exige habilidades e compreensão sofisticadas e opera um nível alto no uso da linguagem); os museus, de certa forma, ainda confiam demais nesse modo; os textos usados com frequência nas exposições; o modo simbólico possibilita aprendizagem para aqueles que podem ler e compreender num alto nível; trabalham com abstrações; podem sustentar uma forma de atenção por um longo período de tempo e tem a autoconfiança de saber que vale a pena viver esse processo.

O modo icônico consiste em aprender por meio da imagem ou outras representações da realidade como pinturas, desenhos, filmes ou dioramas, ou seja, um modo mais concreto de aprender, já que, de muitos modos, as exposições são experiências icônicas. Por fim, o modo desempenhador apresenta um método de aprendizagem por meio do uso de coisas reais como objetos ou de pessoas, eventos e atividades. Esse modo tem sido utilizado pelos museus que desenvolvem exposições interativas, salas de descobertas e oficinas de prática interdisciplinar.

¹³ HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and their visitors**. London & New York: Routledge, 1994.

Com base nas pesquisas de Magaly Cabral¹⁴, não há vida social sem o universo material. O objeto pode ser considerado tanto um bem de produção quanto um bem de consumo. O objeto recebe significação através dos indivíduos que estão inseridos em determinado grupo do meio social.

O museu conta com um material imprescindível que outras instituições não têm: o seu acervo, o objeto. Este, por sua vez, assim como o próprio museu, adquire valor cognitivo. O museu constrói discursos ideológicos com os objetos e a leitura crítica desses signos é a tarefa que se propõe uma ação comprometida com a formação do sujeito.

O professor de natação não pode ensinar o aluno a nadar na areia fazendo-o imitar seus gestos, mas leva-o a lançar-se n'água em sua companhia para que aprenda a nadar lutando contra as ondas, revelando que o diálogo do aluno não se trava com o seu professor de natação, mas com a água. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor. (CHAUÍ, 1980, p. 39).

Desta forma os conceitos educativos devem ser refletidos a partir de uma compreensão da função social da educação, e não somente como um espaço físico onde é desenvolvido o processo ensino-aprendizagem. Eles precisam ser entendidos como fundamentais nas ações educativas que são desenvolvidas junto ao patrimônio.

A interdisciplinaridade é tida como “crítica da especialização e recusa de uma ordem institucional dividida” (Portella *in* Chagas, 1994, p. 47). Diante de tal afirmação, percebe-se a Museologia como uma articuladora em equipes interdisciplinares, voltada para a comunicação e gestão da informação gerada em outras áreas do conhecimento. A Museologia tem um forte papel de mediação, entre referência patrimonial e sociedade, entre conhecimento científico e público leigo, e entre os diferentes campos do conhecimento que se articulam no museu¹⁵.

Num museu é possível observar que as opções de temas interdisciplinares que ele apresenta através de seu acervo e do patrimônio cultural existente em seu território. Este patrimônio exerce o papel de motivador dos sujeitos envolvidos, e serve como vínculo de união das áreas do currículo que

¹⁴ Pedagoga, Museóloga, Mestre em Educação, Especialista em Educação em Museus.

¹⁵ CANDIDO, Manuelina Maria Duarte, *in* **Museus e conhecimento interdisciplinar**. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br> – Acesso em: 18/01/2010.

aparentemente estão dissociadas no que concerne o processo ensino-aprendizagem.

3.2.2 O museu como espaço educativo e de integração comunitária

Segundo o ICOM¹⁶ (art. 3º, 2ª Seção, 2007): O Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente a fins de estudos, educação e deleite.

Após a Segunda Guerra Mundial, as instituições museológicas deixam de lado as suas características de instituições elitistas e minoritárias e se abrem ao trabalho de envolvimento comunitário, fazendo também com que sejam redefinidos os processos educativos no que concerne a área de atuação da educação patrimonial, e, posteriormente, reformulam o seu papel de agentes educativos no âmbito da ação educativa.

Segundo Roque¹⁷ no século XX – mais precisamente em meados da década de 60 –, iniciam-se as reflexões e estudos centrados numa política participativa/interativa – sujeito/objeto, deixando de lado a política centrada apenas na aquisição e conservação de objetos. A preocupação em tornar lógica a leitura destas coleções existentes foi acontecendo progressivamente. O século XX fica conhecido como a era dos museus. As últimas décadas vêm trazer novas concepções e eles mudam radicalmente em seus objetivos e na sua forma de atuação.

O museu, como instituição cultural, está situado num dado território¹⁸ (uma cidade, uma aldeia, um quarteirão), no seio de uma comunidade humana e complexa. Ainda que o museu não seja a única expressão cultural desse único

¹⁶ Conselho Internacional de Museus.

¹⁷ ROQUE, Maria Isabel Rocha. **A comunicação no museu**. Dissertação final do curso de pós-graduação em Museologia e Patrimônio Artístico. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1989/90.

¹⁸ VARINE, Hugues de. **O lugar da comunidade no museu**: uma troca de serviços. Intervenção apresentada no Congresso do ICOM Italiano. Verona, 2007.

território, ele faz parte de seu equipamento cultural e representa necessariamente um papel nas dimensões cultural, social e econômica de seu desenvolvimento.

As ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares devem buscar a qualificação do “saber cultural” local, por meio de uma ação integrada com a comunidade do território onde estão inseridas.

Conforme Santos (2008, p. 34),

é possível organizar uma ação educativa complexa, que seja resultante de uma rede de interações entre diversos recursos educativos. Não se trata de somar ou adicionar componentes isolados, mas de integrá-los ao redor de objetivos educacionais comuns.

Nessa rede se insere a educação formal ou uma redefinição do seu papel perante a comunidade e seus recursos educativos não formais e informais.

Frente a tal afirmação, pode-se dizer que encurtar as distâncias entre o ensino formal e não formal é urgente e necessário. O conhecimento construído e reconstruído a partir de olhares e perspectivas das vivências cotidianas é caracterizado como elemento essencial no enriquecimento da práxis pedagógica. Tal elemento proporciona aprendizagem significativa a todos os envolvidos no processo: docentes, discentes e comunidade, além de possíveis sujeitos que possam vir a se envolver com a causa (pesquisadores, cientistas etc).

A América Latina, que abriu as portas do pensamento humano nessa área do conhecimento, a partir das intervenções da Mesa Redonda de Santiago no Chile, em 1972, em cujo plasma e capilaridades se percebem os princípios filosóficos da educação libertadora de Paulo Freire, vislumbrou essa possibilidade¹⁹. Necessita agora espelhar-se em si mesma, aprender com suas culturas vivas, com as experiências de suas populações e criar o novo museu para si mesma. Dir-se-á, então, com Hugues de Varine (2005) em sua conclusão no texto; “o museu comunitário é herético?”

(...) Deixemos evoluir o termo, cujos avatares sucessivos, de toda maneira, têm pouco a ver com o Museion de Alexandria e admitamos que ele possa ter formas diferentes, em função de objetivos igualmente diferentes. Porém, prossigamos o debate entre pessoas de boa vontade e continuemos a observar o que se passa em nossas comunidades e a tirar disso os ensinamentos.

¹⁹ PRIOSTI, Odalice Miranda, VARINE, Hugues de. **O novo museu das gentes brasileiras**: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológico comunitários. 2006.

Comunidade, segundo Myrian Veras apud Santos (1997, p. 50) é “uma unidade dinâmica, onde se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função”.

Para Sirvent (1984, p. 45), “a educação permanente é um paradigma orientador da educação comunitária”.

Com base nisso Santos (2008, p. 36-38) apresenta-nos alguns referenciais norteadores desse processo de ações museológicas, embasadas em uma metodologia onde se envolvem museu, escola e comunidade de forma integrada

Tal processo deve se dar a partir da construção do conhecimento em sala de aula, tomando como referencial o patrimônio cultural local em suas dimensões de tempo e espaço, na dinâmica do processo social, e sua relação com o País e o mundo. A participação comunitária é compreendida como o envolvimento dos moradores locais nas atividades desenvolvidas em sala de aula, no bairro e em relação com outras comunidades, contribuindo para a construção do conhecimento a partir de suas histórias de vida e, ao mesmo tempo, sendo enriquecidas em interação com os diversos grupos envolvidos. Considera-se fato museal a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e a construção de uma nova prática social.

Compreende-se o processo museológico como as ações de pesquisa, preservação (coleta, registro e conservação) e comunicação, tendo como referencial o fato museal. Entende-se como patrimônio cultural a totalidade da vida, ou seja, o real na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural. Desenvolve-se, a Museologia, com o objetivo de contribuir para uma evolução democrática das sociedades. Procura-se reconhecer o patrimônio cultural de todos os grupos sociais, utilizando-os como instrumento de educação e desenvolvimento. Busca-se uma proposta teórico-metodológica que esteja pautada no diálogo dos envolvidos no processo educacional e no argumento dos contextos interativos.

Pesquisam-se informações e conhecimentos selecionados em função das diversas ações que serão desenvolvidas. Busca-se a socialização das ações museológicas de preservação, pesquisa e comunicação, aceitando que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado o museu. Nesse sentido, a concepção do museu é a seguinte: análise e reflexão sobre o patrimônio cultural, na dinâmica do processo social – produção de conhecimento –,

musealização do conhecimento produzido pelos técnicos, com a participação dos sujeitos envolvidos no processo.

Entende-se a função do museólogo-educador como mediador, atuando com os membros envolvidos no processo, considerando-os donos reais do seu passado e atores do presente.

Os estudos na área de educação em museus não devem se restringir apenas aos aspectos de ensino aprendizagem, mas incluir questões no âmbito sociológico, que contribuíssem para o entendimento do processo educativo nesses locais de forma abrangente. (STUDART, 2001, p. 35)

Denise Studart diz que o museu deve trabalhar com as questões no âmbito sociológico; vemos dessa forma que a criatividade humana se manifesta na ação do homem, de construção e reconstrução: ele faz e refaz, conforme sua necessidade, sua cultura e o meio em que vive. As experiências do ser humano são fundamentais para a dinâmica deste local, pois é através dessas experiências, que se percebe uma diferente compreensão de mundo.

O educador deve buscar o novo, procurar a diversidade, sair do local para o universal. Na educação significativa, a aprendizagem toma um novo rumo. O futuro dos museus está na participação. No diálogo entre pessoas e grupos que estão na área de impacto do museu, independentemente da relação e/ou vínculo que têm com a instituição museológica (profissionais, voluntários, parceiros, utilizadores, públicos). A participação da comunidade é o processo-chave da qualidade nos museus. É através dessa participação que os museus ganham sentido, ganham espessura e geram valor. É essa participação que torna o museu único e socialmente relevante.

O museu comunitário é um processo, mais que um produto. Combina e integra processos complexos de constituição do sujeito coletivo da comunidade. O museu comunitário é uma ferramenta para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade²⁰.

²⁰ LERSCH, Teresa Morales, OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. El concepto del museo comunitario: historia viviente o memoria para transformar la historia? Ponencia presentada en la mesa redonda "Museos: nuestra historia viviente", en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 2004. Tradução de Odalice Miranda Priosti. Fonte: **Jornal QUARTEIRÃO** – Santa Cruz – RJ – nº 77 – Maio/Junho 2008 – p. 15.

A comunidade tem que acreditar que pode contribuir para a mudança, para o meio do comprometimento, da confiança e do crescimento mútuo. É fácil fazer um museu, mas é muito difícil mantê-lo vivo e atuante. A Museologia precisa estar mais atenta aos processos, ao envolvimento das pessoas, pois é aí que reside a sua força e razão de existência. A Museologia Comunitária transforma dificuldades em oportunidades, admite a mudança, a pedagogia do erro e a contínua aprendizagem. É inclusiva e promove a qualificação das culturas e dos patrimônios.

Flecha e Tortajada (2000, p. 34) salientam que “a educação na sociedade da informação deve basear-se na utilização de habilidades comunicativas, de tal modo que nos permita participar mais ativamente e de forma mais crítica e reflexiva na sociedade”. Os autores sugerem que as escolas sejam transformadas em comunidades de aprendizagem, apoiadas nos conceitos de educação integrada, participativa e permanente. Ao considerar que os processos educativos têm um caráter contínuo e permanente e que não esgotam no âmbito escolar, eles salientam que temos de reconhecer que as aprendizagens que as pessoas realizam não se reduzem às oferecidas na escola; sendo assim, consideram de fundamental importância a incorporação da comunidade e do meio familiar no trabalho diário da escola²¹.

Sair do ambiente escolar com os alunos e chegar aos espaços expositivos é de grande importância. Na escola utilizamos a linguagem verbal e materiais didáticos com reproduções de obras, subsídios para uma leitura visual. Já no museu encontramos as obras originais realizadas (ou elaboradas) por artistas. (LEITE, 2005, p. 86)

O que se deseja na aproximação das ideias e de conceitos é que a ação museológica e a prática educativa museal sustentem o papel social do museu como um território que possibilite a atuação de uma museografia estimuladora, levando em conta que o trabalho comunitário é um meio de expressão popular e um grande proporcionador de aprendizagens significativas.

Conforme Barretto (2002) há um consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, que inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

²¹ SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos** – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

Elemento fundamental na formação do cidadão, a identidade cultural, isto é, a capacidade de sentir-se pertencente a um grupo que compartilha sentimentos, signos, tradições, história comum, é responsável por nos agregarmos, na busca da preservação dos territórios negros que foram, na sua maioria, engolidos pela crise econômica, pelo desemprego, pelo tempo. O sentimento de pertencimento pode estar relacionado a um território amplo (identidade nacional) ou a características restritas, alguns indivíduos participantes de grupos étnicos, religiosos e de gênero. Os traços desses grupos coexistem e contribuem para a formação da identidade nacional acrescentando a ela matizes particulares. A afirmação da identidade cultural pressupõe semelhanças consigo mesmo e com o grupo, e sua construção/reconstrução depende da interação com os outros, do reconhecimento e da aceitação da diferença, daquilo que é oposto, diverso. Assim, a identidade pressupõe tanto a igualdade quanto a alteridade.

Conforme Escobar (2010, p. 79),

O patrimônio cultural contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado, percebendo as semelhanças e diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada. A preservação do patrimônio cultural está, pois, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social.

O patrimônio precisa ser multidisciplinarmente compartilhado de várias formas e níveis na comunidade de um dado território, uma vez que ele não deve e não pode ser visto e/ou considerado como sendo algo isolado, mas sim como um recurso capaz de gerar desenvolvimento local e social. É necessário o desenvolvimento de uma gestão partilhada²² que compreenda a idealização deste patrimônio, bem como ações de salvaguarda, conservação, identificação, bem como sua utilização e “consumo”, em prol do desenvolvimento local.

Ainda com base nas teorias de Escobar (2010, p. 121)

Uma das formas de preservação do patrimônio cultural de uma região, bairro ou população é o ecomuseu, que surgiu a partir da década de 1970 na Europa, como uma resposta às novas necessidades culturais da sociedade e como um contraponto aos museus tradicionais, embasado em experiências de museologia comunitária, numa perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nesse período a instituição museu passou por uma grave crise. Embora esforços fossem despendidos no sentido de melhorar e aprimorar o espaço arquitetônico, as exposições e as formas de

²² VARINE, 2000, p. 8-9

aproximação com o público, as estatísticas mostravam, conforme Hugues de Varine²³ (2000, p. 63), que “90% dos moradores de uma cidade jamais visitavam os museus de sua região”²⁴.

Ao mesmo tempo em que o pensamento humano se abre à Nova Museologia, o ecomuseu, cujos conceitos norteadores se assemelham aos princípios modernos de preservação, compreendendo o desenvolvimento sustentável, em razão do uso dos recursos naturais fortalecidos pela constante conservação de tais bens, para o usufruto das gerações futuras, surge como elo de aproximação das comunidades para com os seus próprios territórios multifacetados natural e culturalmente, no intuito de reacender as relações, e fortalecer a atuação destes indivíduos de modo coerente no tempo e no espaço.

Varine apud Escobar (2010, p. 123) explica que se podem reconhecer duas linhas distintas de ecomuseus de acordo com seus objetivos: os que se referem diretamente ao seu espaço natural, geralmente associados a parques naturais, mas que podem estar no meio urbano e incluir a população local; e as instituições que se voltam para o desenvolvimento coletivo de uma determinada comunidade. A proposta do Museu Treze de Maio, antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria que será apresentada no próximo capítulo, baseou-se neste último conceito.

Várias são as definições e os conceitos de museu apresentadas pelos mais variados pesquisadores e instituições. Todavia, o conceito de museu que foi utilizado nesta dissertação é o de “diferente” ou como diria Hugues de Varine, museu herético²⁵, geralmente fora das normas apontadas pelas muitas definições existentes, mas que, mesmo sem deixar de ser uma instituição, é essencialmente um processo. Um processo que visa contribuir para a transformação de uma realidade comunitária mediante a utilização dos recursos presentes neste território, a fim de promover e assegurar o seu desenvolvimento e de suas gerações.

Varine apud Escobar (2010, p. 124-125) ressalta, ainda, que a *comunidade* é naturalmente determinada pelo território; ainda assim é preciso conhecê-la, ou seja, não só ter realizado seu estudo sociológico, etnológico, linguístico etc., mas também

²³ Cunhador do termo e conceito de ecomuseu juntamente com George-Henri Rivière; ex-presidente do ICOM; membro fundador do MINOM – Movimento Internacional por uma Nova Museologia; Consultor Internacional em Comunidades, Patrimônio e Desenvolvimento Local e Comunitário – www.world-interactions.eu

²⁴ ESCOBAR, LAMEIRA, LIMBERGER, 2004, p. 58-68

²⁵ VARINE, Hugues de. **O Ecomuseu**. Revista Ciência & Letras. Porto Alegre: Revista da Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras. Nº 27, pg. 61-90, jan/jun 2000.

ter penetrado seus componentes, de maneira a localizar suas forças e fraquezas, suas pessoas-recursos, as microcomunidades de toda natureza, profissionais, étnicas, culturas de bairro, de idade, suas necessidades e a natureza das crises que a afligem. E é preciso reconhecê-la como comunidade e não apenas como um conjunto de cidadãos dependentes de autoridades eleitas para x anos. Reconhecer a comunidade não basta: essa é uma abordagem unilateral, concedida. É preciso que ela se reconheça a si mesma como comunidade que partilha os mesmos problemas e os mesmos valores, e, finalmente, um destino comum. Para isso, convém ajuda-la a revelar-se, a tomar confiança em si, e não pelo discurso, mas sim pela ação. As lutas em tempos de crise, as ações-pretextos provocadas, o lançamento de projetos endógenos, os sucessos e os fracassos contribuirão para isso.

4 O CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA: ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO PLANALTO CATARINENSE

Os emocionantes depoimentos concedidos por antigos(as) sócios(as) traduzem, neste capítulo, a trajetória daquela que é a segunda sociedade dançante na cidade de Lages e a terceira do Estado de Santa Catarina, fundada por homens negros.

Sobre o CCCS, eu posso dizer que a nossa sociedade era onde reuniam-se todos os negros da cidade, da nossa querida Lages, e onde nós teríamos a nossa recreação. É uma "Sociedade" muito respeitada, foi uma das primeiras sociedades fundadas, é antiga, ela fazia as festas, era tão bom! Nós nos reuníamos, que aí nós tínhamos o nosso Clube e era festa pra carnaval, casamento, era nossa recreação. E a gente só tem lembranças boas, né.²⁶

O "CS" tinha esse papel social também, muito forte. Agregava ali não só os bailes, mas também todos os acontecimentos sociais da comunidade negra eram no "CS", um casamento, um aniversário!²⁷

Pretende-se evidenciar os museus comunitários sob a ótica da Nova Museologia e da concepção do patrimônio como possibilidade de desenvolvimento local, tomando como exemplo o surgimento do Museu Comunitário Treze de Maio, no ano de 2001, na cidade de Santa Maria – RS.

4.1 Lages no início do século XX

Existia! Existia discriminação sim! Olha, vou falar uma coisa pra você: no centro de Lages, eu não sei se você passou ali? Mas na frente do "Aristiliano Ramos" (colégio), tinha um calçadão! E nesse calçadão, tinha o lado que passavam os pobres, os pretos e outro lado que passavam os brancos! A noite todo mundo saía pra passear, então tinha essa divisão! Eu achava um cúmulo²⁸.

Como já visto no Segundo Capítulo desta dissertação, Lages vivia, no início do século XX, o processo civilizador, que visava uma readequação e reurbanização dos usos e costumes, seguindo os padrões europeus, impostos pelas elites dominantes. Mas é neste mesmo contexto de "europeização" que visualizamos a

²⁶ Depoimento do Sr. João Vitor

²⁷ Depoimento da Prof^a Odete

²⁸ Depoimento de Dona Cecília

expansão urbana de Lages; aquele vasto território dos campos de cima da serra, começa a ampliar-se urbanamente.

Até a década de 1930 a área urbana da cidade se restringia ao centro e mais três bairros, entre eles o Bairro da Brusque (território que fora habitado por escravos libertos e seus descendentes), o segundo mais antigo de Lages, datado de 1890²⁹. A partir de 1940, devido à grande proliferação migratória, surgem mais alguns bairros predominantemente habitados por operários e, a partir da década de 60, começam a surgir inúmeros loteamentos dados as facilidades de aquisição das terras, sendo a principal delas, o baixo custo dos terrenos.

Espalham-se os prédios pelo campo, apresentando, geralmente, ruas com gramíneas das que cobrem os pastos da zona rural. São os pedestres e os veículos os marcadores do estreito caminho pelo qual costumam passar. (PELUSO Jr., 1991, p 87).

É nessa multiplicidade de mudanças e “civilidades” que, já na metade do século XIX e no decorrer do XX, surgem instituições culturais e recreativas na sociedade de Lages, dentre as quais podemos citar os teatros³⁰, os clubes esportivos, recreativos, musicais e as famosas sociedades carnavalescas, que por sua vez, em sua maioria, nasciam dentro dos próprios clubes recreativos.

Todavia, é neste contexto social que se percebe a maneira pela qual a vida social das camadas populares, majoritariamente formada por mulheres e homens, negras e negros, foi afetada naquilo que diz respeito às práticas tradicionais de manifestações e sociabilidades na sociedade lageana.

Assim como em inúmeras cidades brasileiras, em Lages os negros eram impedidos de frequentar os “clubes sociais brancos”. A segregação informal imposta pela sociedade revela a “cor” que além da condição social das camadas populares, se mostrava como principal característica da presença afro-brasileira, oriunda do cotidiano periférico e dos espaços urbanos de territorialidade social negra.

4.2 Centro Cívico Cruz e Souza: Espaço de afirmação, identidade e memória dos negros do Planalto Catarinense

²⁹ PEIXER, Zilma Isabel. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano de Lages, Uniplac, Lages, 2002.

³⁰ Em 1847 houve a fundação da primeira casa de teatro, intitulada Sociedade Particular Phenix Lageana.

Como já abordado no capítulo anterior, os clubes sociais negros surgiram muito antes da abolição da escravidão, e tinham como principal objetivo, a articulação e organização política e social de seus grupos. No Estado de Santa Catarina esses clubes surgiram, especialmente, no período pós-abolição, como uma resposta ao processo de segregação social e racial imposto aos negros. A partir de então, foram se proliferando pelo país, como um espaço demarcador de fronteiras étnicas, constituindo juntamente com os terreiros, casas de matriz africana, comunidades remanescentes de quilombo, legítimos territórios de resistência negra, memória e poder da comunidade negra.

A terceira sociedade negra do Estado de Santa Catarina, o centro Cívico Cruz e Souza, nasceu no ano de 1918, na cidade de Lages, e ao longo de seus 94 anos de existência, vem atuando como um verdadeiro espaço de afirmação da identidade e memória negra no Planalto Serrano, e reafirmando-se como território de resistência e sociabilidade.

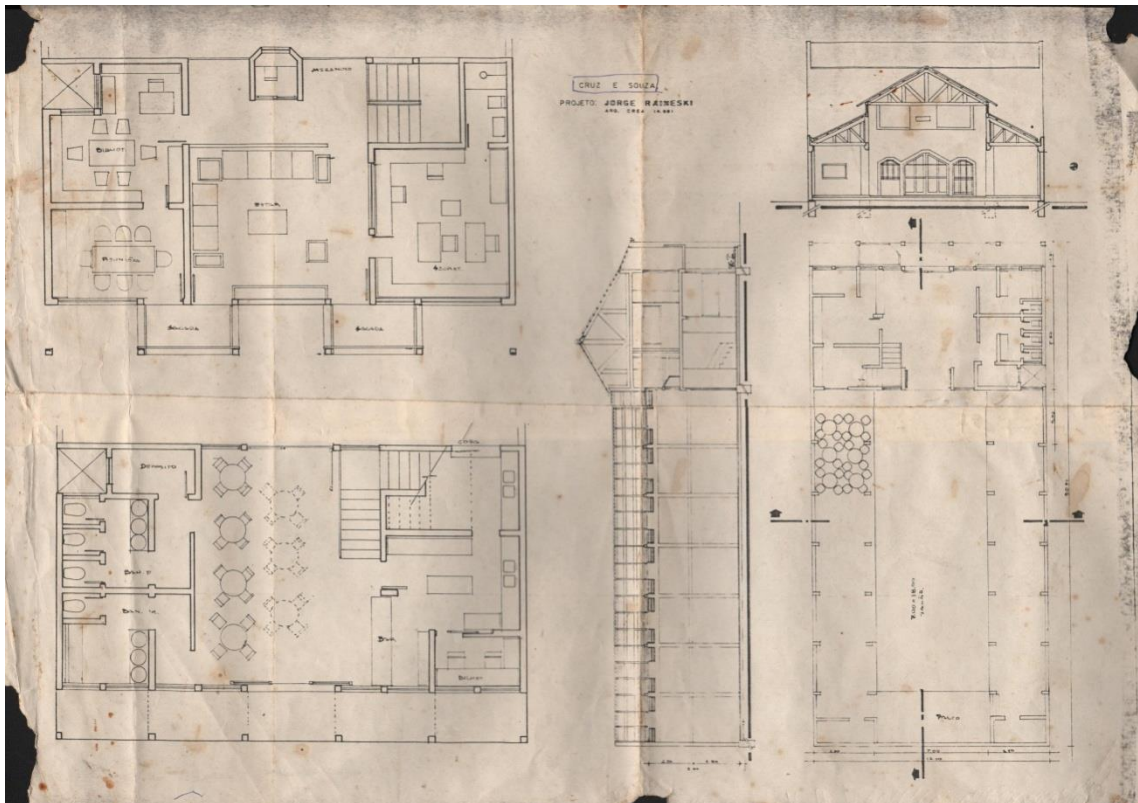


Figura 1: Planta Baixa do Centro Cívico Cruz e Souza
Fonte: Acervo do CCCS

Eu fico muito faceiro assim de ver, por exemplo, teve uma menina aqui, aquela menina que dá aula na faculdade hoje, né?! Aula de inglês, a Maristela! A Maristela é uma negra que, que gostava muito de dançar música do Michael Jackson! Hoje ela dá aula, ela passou em primeiro lugar de Santa Catarina na faculdade! Dá aula em Florianópolis! Ela dá aula de Inglês! Então isto é uma coisa maravilhosa! Bonito de ver... Então, eu fico maravilhado, né! Que até então, na nossa época você não, não estudava muito, né! No caso da Inah, por exemplo, que estudou, ela estudou um pouco mais e que foi, trabalhou, trabalhou no rádio. Ela trabalhava na Rádio Princesa, e foi diretora de novela, de teatro, né?! Fez novela!³¹

O "CS" construiu uma relação muito boa, muito bonita! Onde de primeiro, a gente percebia que a escola não tinha uma função muito grande em relação à comunidade negra. A escola era uma coisa mais distante, as pessoas frequentavam muito pouco a escola. As moças iam na escola naquele tempo até a quarta série, como se dizia. Uma chegavam muito assim que era novidade, que era de ficar, né, "ah, a filha do fulano terminou o normal". Normalista, que era o ensino médio, que hoje é o magistério. A minha irmã mais velha era Normalista. Então quem que fazia toda a dinâmica do conhecimento? Era o "Cruz e Souza"! Apesar de não ter ninguém lá, professor dando aula, mas passava por ali o conhecimento, através da oralidade... Da conversa informal, de sentar pra organizar a festa.³²

Fala-se tanto que a memória hoje é inexistente e que há locais de memória porque não há mais meios de memória. Nora³³ critica a forma efêmera com que a sociedade mundial tem incorporado conceito de memória e afirma que é através dos sentimentos que nascem e nutrem-se os lugares de memória. Ele afirma ainda, que a memória, é um fenômeno sempre atual, absoluta, um elo vivido no eterno presente. Por ser afetiva e mágica a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

A história diferencia da memória por seu aspecto de operação intelectual, onde se apresenta como uma representação problemática incompleta que não existe mais, já a memória possui o seu aspecto vivo. Assim sendo é possível afirmar que são os lugares de memória e os indivíduos que estão em seu entorno que permitem e, se permitem legitimar suas ações memoráveis, afim de que, não haja uma cristalização da memória.

³¹ Depoimento do Sr. Antônio.

³² Depoimento da Prof^a Odete.

³³ NORA, Pierre. 1993, p 7-28.

Na prática, a complexidade da construção da memória individual ou coletiva exige uma relação dinâmica entre os vários tipos de atividades socioculturais para o seu desenvolvimento.

Segundo Escobar (2010), a “globalização” impõe comportamentos iguais para comportamentos diferentes, ao mesmo tempo em que coloca a diversidade cultural das populações dentro de um mesmo pacote, destruindo identidades, como se todos tivessem os mesmos gostos, as mesmas preferências, os mesmos tempos de construção em uma sociedade que se quer democrática.

Ainda com base nas teorias de Escobar (2010, p 90), é possível afirmar que a figura da Princesa Isabel, como representante máxima pela libertação dos escravos, figurou por quase um século na “memória nacional”, e ainda continua figurando nos discursos das elites dominantes brasileiras, de modo especial nos campos, museológico, arquivístico, e biblioteconômico, ainda que tenha havido uma mudança significativa em termos de protagonismo negro no país.

Frente à perceptividade de que a memória nada mais é que a vida, as vivências e os sentimentos que comunidades vivas e atuantes carregam dentro de si, é que sentimos a necessidade de, por meio das técnicas de pesquisa de história oral, buscar no seio da comunidade negra de Lages, aqui representada por mulheres e homens, ex-sócios(as), do Centro Cívico Cruz e Souza, estes olhares diversificados e estas ideias influentes, presentes nos discursos saudosistas e carregados de emoção. Os clubes sociais negros, são espaços de memória e resistência, são lugares de poder, de afirmação identitária e, sobretudo, de sociabilidade, refletida na magnitude e imponentia material e imaterial.

4.2.1 As origens da Sociedade Cívica Cruz e Souza (1918)

E aquela gente tinha um requinte, uma capacidade de se organizar, uma visão de sociedade... Era uma coisa muito... Que eu acho, que aquilo, ainda a gente herdou dos quilombos! Era uma organização de quilombo! Era uma organização! Uma organização forte! Qualquer coisa que se fizesse no Cruz e Souza ela dava certo!³⁴

³⁴ Depoimento da Prof^a Odete.

A notícia anunciada na terceira página do jornal *O Clarim*, na data de 20 de maio de 1908, nos leva a crer que a manifestação ora anunciada, foi o pontapé inicial para a fundação daquela que seria a primeira sociedade recreativa do Estado de Santa Catarina, fundada por homens negros:

No dia 13 de maio um grupo de pretos, acompanhados de uma grande massa popular, percorreu as ruas desta cidade, festejando esse dia comemorativo de sua liberdade.

Levando à frente uma banda musical, começou a dar expansão aos seus justo entusiasmo, na rua Deodoro, donde saíram, percorrendo todas as ruas em repetidos vivas ao 13 de maio, à República, ao povo lageano. [...] Um dos manifestantes ainda falou ao povo, sobre o reconhecimento profundo a família imperial e a Dona Isabel, pelo ato magnânimo que concedeu aos de sua raça a liberdade considerando-os irmãos³⁵.

Ao ler Marcon (2010, p. 102-103), entende-se que a manifestação dos descendentes de escravos na cidade de Lages, pela comemoração dos vinte anos da abolição da escravatura, faz menção que neste momento começara a florescer um autorreconhecimento, por parte daqueles pretos lageanos, de sua diferença pela “raça” ou pela “cor”, em relação aos “outros”, considerados “irmãos” a partir de 13 de maio de 1888. Como já abordado no Segundo Capítulo, a distinção social hierárquica que dentro do sistema escravista foi dada por meio da condição de livre, liberto e escravo, após a abolição, com o agora “regime trabalhista” livre, passara a se dar pela distinção da “cor”, elevada a categoria de estigma de uma posição social passada.

Antes de 1888, os negros, uma vez ou outra organizavam suas reuniões dançantes em casas particulares, mas com a extinção do cativo, estas se tornaram mais constantes. Os pretos antecipadamente planejavam onde seria o baile, abatiam pequenos animais para levarem, arranjavam dois ou três músicos, e estabeleciam um ponto de encontro.

[...] derrubavam a porta do anfitrião, por eles escolhido. Segundo alguns narradores, este era arrancado da cama da maneira que estivesse. Enquanto o gaiteiro ou violonista tocava a primeira marca, os visitantes arriavam em mesas ou bancos, os donativos e bebidas. Outros invadiam a casa indo até o galinheiro e torciam o pescoço de algumas penosas. Afinal, era a maneira usada, e o dono da casa, gostasse ou não tinha de aceitar tudo e com alegria, aguardando um momento de revanche. (ATAÍDE, 1988, p. 73)

³⁵ O Clarim, Lages, n. 33, p. 03, 20 maio 1908.

Existiam também outros locais de reuniões costumeiras como o “Salão do Bom Jesus”, na Lomba Seca, a “Casa Pampa no Banhado” (hoje Bairro Copacabana), “Os Bilinas” e “Os Cachoeiras” no Bairro Conta Dinheiro. Essa maneira de se divertir, nem sempre era coroada com sucesso, também gerou muitos desgostos, e por esse motivo, algumas famílias mais organizadas começaram a pensar em uma sede social onde os negros pudessem expor as suas ideias.

Em meio ao intenso cenário político que assolava o Estado, devido à campanha que elegeria a nova Assembleia Legislativa em 1918, foi organizada sob o comando do Sr. Caetano Vieira da Costa, uma reunião de caráter popular, e para esta, foram convidados muitos negros e operários que resolveram cuidar do assunto sem interferência política, já que Ramos e Costas – que se batiam politicamente – dividiam as ideologias e a simpatia do povo negro.

O surgimento do Cruz e Souza era associado à necessidade emergente dos descendentes de africanos de conquistarem e estabelecerem um espaço social próprio, onde a congregação mútua promovesse, entre eles, um caráter de autorreconhecimento como “classe”, ou como um “grupo social”, distintos de “homens de cor”. (MARCON, 2010, p. 105)

Após conseguirem um empréstimo dos salões onde a banda “Lira Lageana” tinha a sua sede, os interessados³⁶ em fundar a sociedade cívica começaram as suas reuniões, a elaboração de um estatuto e escolheram como patrono o poeta “João da Cruz e Sousa”³⁷.

³⁶ Segundo o jornal Cruz e Souza, n. 04, p. 01, de 22 de setembro de 1919, os idealizadores da sociedade “CCCS” foram alguns negros “alunos da Escola Nocturna dos Amadores da Arte”.

³⁷ Poeta simbolista catarinense, nascido em Desterro (Florianópolis), aos 24 de novembro de 1861, filho do mestre pedreiro Guilherme, escravo do Marechal Guilherme Sousa, e da lavadeira, liberta, Carolina Eva da Conceição. Em todos os documentos pesquisados referentes ao “CCCS”, a grafia “Souza”, com a letra “z” foi convencionalmente usada para nominar o “Centro Cívico”, porque era desse modo que o próprio poeta assinava. No século XIX, em uma das reformas ortográficas, convencionou-se alterar seu sobrenome para Sousa, com “s”.

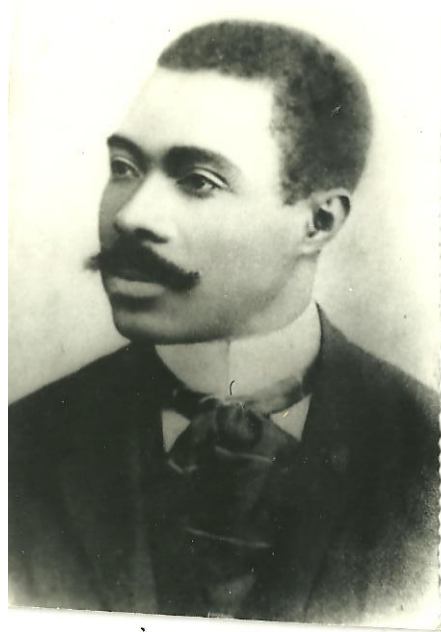


Figura 2: O Patrono – Poeta – João da Cruz e Sousa
Fonte: Acervo do MHTC

Em conformidade com o estatuto, a inauguração e o baile de posse ficaram marcados para a data de 22 de setembro, antecipando-se a de 24 de novembro, data de nascimento de João da Cruz e Sousa. Caetano e Belizária Costa mandaram confeccionar um estandarte nas cores verde e branco e, ofereceram como doação ao Clube, junto com estandarte, ofereçam também a letra do hino, composta pelo próprio Deputado Caetano, e que foi musicada pelo maestro Lourenço Baptista e pelo negro Pedro Cândido.

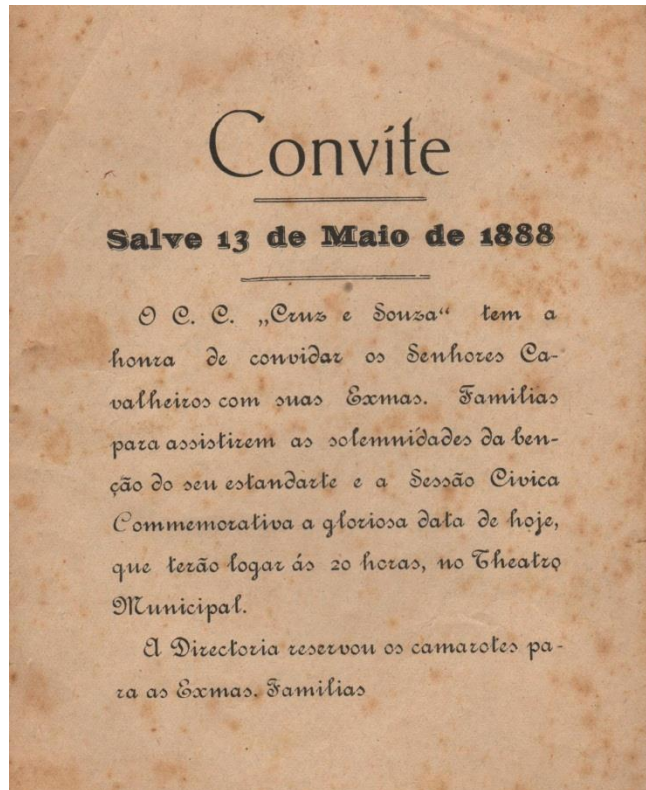


Figura 3: Convite datado de 13 de maio de 1919, conforme anotações do Sr. Danilo Thiago de Castro.
Fonte: Acervo do MHTC

Segundo os escritos do saudoso Sebastião Ataíde (1988), O Centro Cívico, iniciou com muita luta e muito rigor em obediência ao regulamento vigente. A primeira diretoria foi composta pelos senhores: Joaquim Pinto de Oliveira (presidente); Alípio Cruz (vice-presidente); Paulino Saldanha do Amaral (1º secretário); João Maria da Rosa (2º secretário); Saturnino do Pilar (tesoureiro); e Marciano Pereira Gomes (orador).



Figura 4: Primeira Diretoria do “Cruz e Souza” – 1918
Fonte: Acervo do MHTC

No ano de 1919 o Centro Cívico já contava com 60 sócios que pagavam mensalidade de 1\$000 réis³⁸ e por não possuir uma sede própria, as primeiras reuniões eram realizadas no edifício onde estava situada a Escola Nocturna dos Amadores da Arte e os primeiros grandes bailes ocorreram no “Theatro Municipal”.

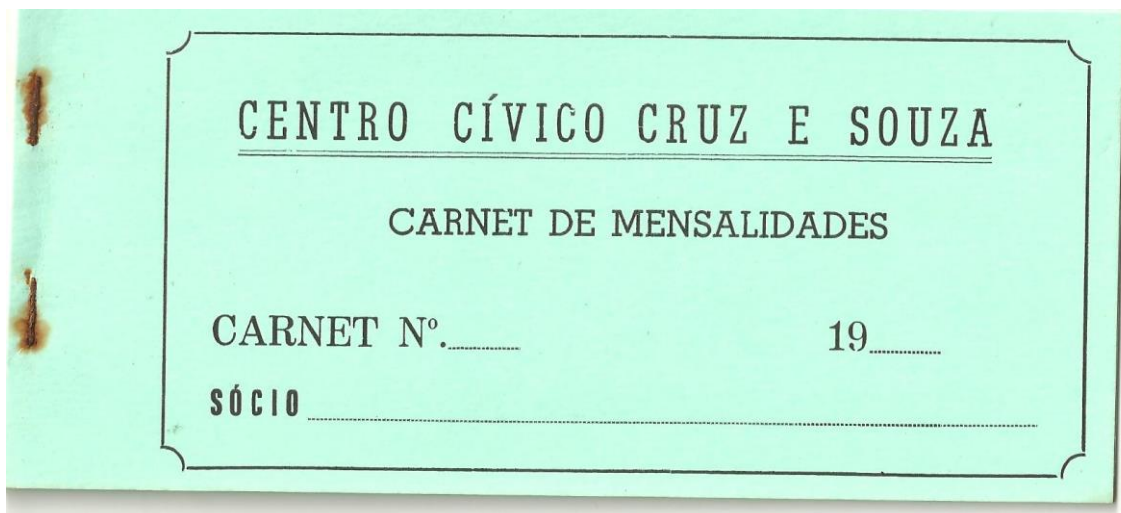


Figura 5: Carnê de Mensalidades do Centro Cívico Cruz e Souza
Fonte: Acervo do CCCS

O Centro Cívico Cruz e Souza, iniciou suas atividades com muita luta e com muito rigor em obediência ao regulamento. Funcionou provisoriamente em uma casa na Rua Hercílio Luz, ao lado do edifício Monalisa, até fins de 1934. Devido a entraves políticos, que deixaram dúvidas se houve ou não perseguições políticas contra os negros, em

³⁸ Conforme o jornal Cruz e Souza. Lages, n. 05, p. 01, 05 de setembro de 1919.

1934 precisaram deixar a casa nº 12, pois o proprietário requereu-a de volta! Sem sede as reuniões são realizadas no “Cravo Preto” e no Cine Municipal Velho, até 1938, ano em que ganharam oficialmente a área de terra prometida desde 1927 por Caetano Costa, na época prefeito. É nestes mesmos idos de 1930 a 1938 que a sociedade quase desaparece, pois com a vitória de Vargas, os Ramos assumem novamente a prefeitura. (ATAÍDE, 1988, p. 74)

Foi graças ao carisma e espírito de liderança do Sr. Henrique Valadares da Silva (O Baiano), figura inconfundível, que no final de 1937 impulsionou uma grande campanha em favor da sede do “Cruz e Souza” ser construída na Praça Siqueira Campos, na área de terra que desde 1927 estava à disposição da sociedade. O Baiano contou com a colaboração dos amigos e colegas negros, bem como de algumas autoridades, fazendo com que os ilustres lageanos reconhecessem a dívida que tinham com o povo negro, descendentes de escravos que muito trabalharam, e nada de riqueza acumularam.

Assim, em 1938, vinte anos após a sua fundação, os sócios do Centro Cívico inauguram a sua sede, construída em madeira e coberta com tabuinhas de pinho, orgulho do povo negro catarinense e que permanece em pleno funcionamento, no centro da Cidade de Lages.

4.2.2 O Centro Cívico Cruz e Souza construindo sua história (1938 – 2012)

Era uma “Sociedade” de negros, você custava (dificilmente) achar um branco lá dentro! Era lindo porque eram só negros! No carnaval, faziam o Bloco do Bola Preta! Eram negros que moravam quase todos que por aqui, no Santa Helena, no Copacana... A negrada era toda daqui, aqui era o Bairro da Brusque, porque era muito negro! Hoje você conta qual é o negro que tem aí!³⁹

³⁹ Depoimento de Dona Mercedes.



Figura 6: Diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza. Sem data.
Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria

Segundo Marcon (2010. p. 106) a fundação de uma sociedade recreativa para “os homens de cor”, em Lages, foi imbuída pelo caráter cívico, por acontecer num momento em que o civismo estava latente no meio intelectual, nas elites, e até mesmo entre alguns setores populares.

O “Cruz e Souza” utilizou-se do civismo para ganhar o reconhecimento e apoio da intelectualidade lageana. Estes pretos visavam obter o respeito desta elite, apesar do preconceito moral e da latente segregação racial em relação à negritude, e que nem sempre era manifestada. Conforme citado no Segundo Capítulo, o objetivo das elites era se afastar de manifestações culturais públicas, e uma vez em espaços privados, valer-se da imprensa, para dar visibilidade pública às suas pretensões socioculturais e políticas. Frente a isso, a iniciativa da fundação do CCCS em 1918, pode ser vista também como um ato estratégico que colocou a “Sociedade de Morenos”⁴⁰, uma vez que estes passaram a ser alvos da imprensa, e das elites políticas, já que agora faziam parte do calendário de atividades sociais da cidade de Lages.

⁴⁰ Conforme as inscrições contidas no carimbo da “Sociedade”: na parte superior: Centro Cívico “Cruz e Souza”; ao centro “Sociedade de Morenos”; na parte inferior: “Lages – Sta. Catharina”.

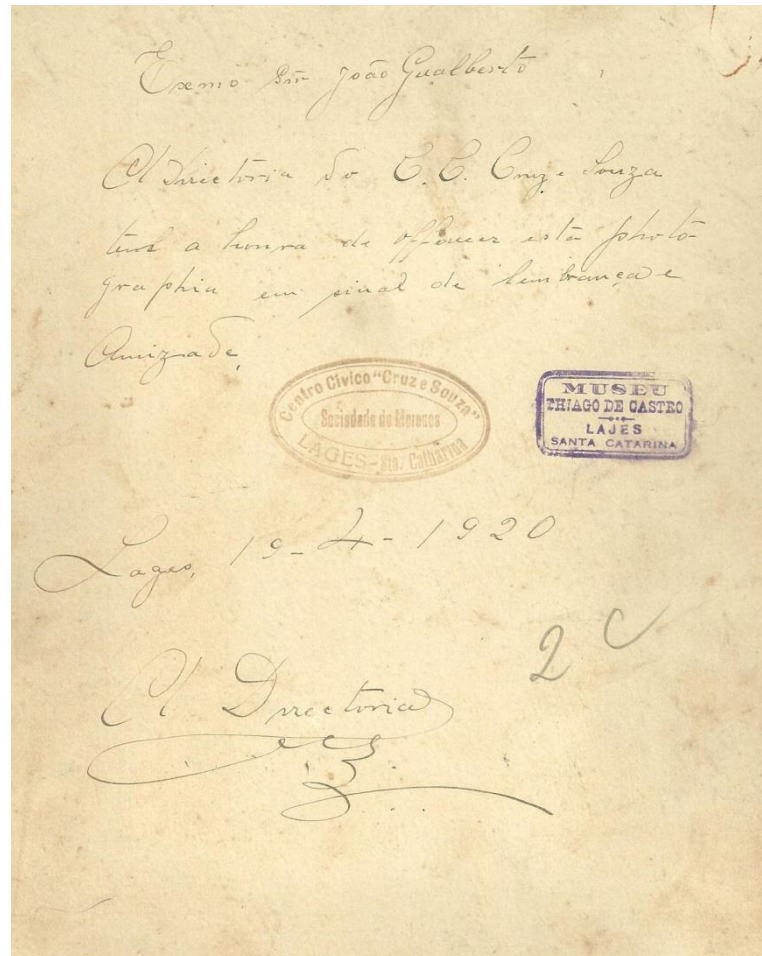


Figura 7: Verso de uma fotografia da primeira diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza, que foi enviada para o Sr. João Gualberto. Detalhe do Carimbo ao centro: "Sociedade de Morenos" – 1920

Fonte: Acervo do MHTC

A sociedade lageana via o "Cruz e Souza", hoje eu percebo, com certo... Ela tinha certa admiração. Ela ficava pensando: "como que aqueles negros se organizavam tão bem", né, naquele tempo que não existiam as possibilidades que existem hoje. Naquela época, a maioria das moças eram todas domésticas, né, os homens a maioria era pedreiro, né...⁴¹

A sociedade lageana tinha um respeito pelo Clube fora de série! Porque as pessoas que foram da Diretoria do Clube, eram homens de um caráter muito grande! Eram homens muito responsáveis. Homens trabalhadores e honestos. Eram homens de princípios na cidade! Eram pedreiros, homens que ajudaram a desenvolver a cidade! O Seu Constâncio Oliveira, por exemplo, construiu o Banco Inco! O primeiro prédio de Lages foi ele quem construiu. Ele era presidente do "Cruz e Souza". Tinha o Tio Celso, um negro bem preto. Era

⁴¹ Depoimento da Prof^a Odete.

motorista de confiança dos prefeitos de Lages e também era da Diretoria.⁴²

Os negros do “Cruz e Souza” eram tão articulados que conseguiram nos idos de 1919, com a ajuda do Sr. Vicente Cassuly de Menezes que era tipógrafo e jornalista, rodar um jornal do Centro Cívico, que foi denominado “Jornal Cruz e Souza”. Apesar do excelente trabalho feito pelos membros do “Cruz e Souza”, esta foi uma idealização efêmera, que contou com apenas cinco edições, mas que tão bem nos elucidam sobre os primórdios da fundação desta gloriosa sociedade cívica bem como, nos ajudam na compreensão dos significados e da importância de tal ato para os descendentes de africanos.



Figura 8: Primeira Página do Jornal “Cruz e Souza” – 1919
Fonte: Acervo do MHTC

A comemoração e exaltação de datas cívicas pelos descendentes de africanos demonstrou o seu desejo de participar de um novo projeto de nação e a inserirem-se como sujeitos históricos desse processo,

⁴² Depoimento do Sr. Antônio.

como parte do seu todo. A percepção, por parte dos negros, de que a abolição e a constituição republicana não os colocou efetivamente em igualdade de oportunidades econômicas e sociais em relação aos outros elementos nacionais, por carregarem o estigma da inferioridade racial, amadureceu progressivamente, durante as primeiras décadas da República, o sentimento de alteridade em relação a outros grupos sociais. (MARCON, 2010, p.106)

Entretanto, em 1920 foi fundado pelas elites brancas, o Clube 14 de Junho, que embora as condições e lugares sociais já estivessem preestabelecidos, em seus estatutos, não titubearam em proibir a inclusão de negros na condição de sócios (Serpa, 1996, p. 19). Tal ação leva-nos a crer que esta ascensão na imprensa, por parte dos negros, tenha causado preocupação entre as elites dominantes na primeira metade do século XX.

O Centro Cívico passou a ser um instrumento civilizador, aculturador, e “abrasileirador” de um grupo de negros. Se isto era impossível, pelo estigma da “cor”, seria possível pelo “civilizar-se”. Assim como o reconhecimento nacional conquistado por alguns descendentes de africanos na política e na literatura, a exemplo do próprio poeta Cruz e Sousa – mesmo que ele só tenha sido reconhecido após a sua morte -, entre outros, aquele grupo fundado almejava afeiçoar-se à moral civilizada para ascender socialmente. (MARCON, 2010, p. 114)

Como sociedade recreativa, a preocupação da diretoria do Centro Cívico era totalmente voltada para a moral e civilidade, refletidas na manutenção da ordem durante as festividades e bailes por ela promovidos. “A diretoria esforçar-se-a de modo que as festas promovidas pelo Centro sejam realizadas na melhor ordem possível”⁴³.

Aliado da moral civilizada, O Centro Cívico, passou a proibir a presença, em seus bailes, e a expulsar da “sociedade” os negros que provocassem badernas e imoralidades nas festas do clube, apesar de nunca terem conseguido coibi-las totalmente. (MARCON, 2010, p. 116)

⁴³ Conforme os “ESTATUTOS DO CCCS”. Lages, 06 de outubro de 1918.

Secretaria do C. C. Cruz e Souza 1.º de Março,
de 1937

M^{me} Sr Leopoldo Sell
Nesta

De ordem da Diretoria do C. C. Cruz e Souza
respondo o vosso officio datado de 28/2/1937.
Os motivos da eliminação da Senhorinha
Minervina Silva estão claramente explica-
dos no officio que a mesma recebeu do
Grêmio das Margaridas: Contraven-
ção do Regulamento daquela sociedade
de

Respondo assim uma parte do vosso
officio. Quanto ao Centro Cívico,
Minervina não é socia do mesmo,
ali tendo entrada por intermédio
do Grêmio das Margaridas. Uma
vez eliminada desse Grêmio per-
deu também o direito de frequen-
tar o Centro que não pode de
modo algum deixar de prestigiar
a Diretoria do Grêmio em qualquer
resolução que esta tome como medi-
da de disciplina social.

Julgo assim ter respondido o vosso
honroso officio

Com estima e consideração
Subscreevo-me
João P. de Lima
1.º Secretario

Figura 9: Resposta de um Ofício recebido do Sr. Leopoldo Sell, patrão de Minervina Silva, eliminada do CCCS e do Grêmio das Margaridas - 1937
Fonte: Acervo do MHTC

Uma vez, um rapaz num baile tava dançando meio desajeitado, ele era motorista e tava dançando gafeira, aí eu chamei ele lá na diretoria e cuspi nele (chamou a atenção), destratei. Então no CCCS,

tinha uma porta e um corredor. Às vezes a gente escutava "tututututu", era alguém que estavam levando pra fora. Era muito divertido o Clube! Nunca brigaram lá dentro, nunca!⁴⁴

O CCCS foi e é um marco dentro das nossas famílias e dentro da sociedade lageana, porque ele não é um Clube qualquer, ele incomoda e incomoda muito porque ele tem muito a mostrar! Ele tem muita substância alí! A história que se passou por alí é uma história muito rica! Era um Clube onde a conduta das pessoas, era uma conduta de elevada moral. Eles primavam pelo rigor da vestimenta, pois a aparência era muito observada pela imprensa e pelas elites ricas da sociedade lageana! Era preciso estar muito bem alinhado do cabelo ao calçado!⁴⁵

Ah sim, não tenha dúvida que sim! O "CS" dava pra gente uma maneira de o homem ser, né?! De como deveria se comportar um homem, né, no trabalho, na família, é no respeito com a moça para com uma Senhora, né, para com uma criança... Ele dava os passos aí pra você! Ele te dava todos os caminhos, essa noção do como ser um cavalheiro, né?! O Baile de Gala, era toda aquela delicadeza, aquela coisa assim, quando uma moça chegava na mesa você levantava para ela sentar, e então, partia do princípio de que você como se comportar, perante a sociedade.⁴⁶

O corpo se impõe como um dos lugares privilegiados de inscrição da identidade e o cuidado com a aparência, mais que simples capricho ou acessório, torna-se estratégia de um grupo que quer afirmar, de modo conspícuo, que detém determinados atributos de classe raramente associados aos negros da sociedade brasileira⁴⁷.

Olha, era uma coisa muito bonita! Homem não podia entrar sem ser de gravata! Era religiosamente de terno e gravata! As mulheres geralmente de vestido longo! Quando não de longo, mas de vestido de festa! Sapato de salto, ninguém ia em um baile de sapato baixo! Os rapazes que tinham namorada, eles obrigatoriamente tinham que comprar uma mesa, pra por a moça sentada, né. Se era num final de ano, obrigatoriamente ele tinha que comprar uma *champagne*, pra abrir essa *champagne* lá, né! Não se fumava dentro do clube, as moças só tomavam *champagne* ou guaraná! E elas não precisavam levar dinheiro nas festas! Os rapazes e as famílias bancavam as despesas dessas moças! A arrumação do cabelo, era buque, não existia esse relaxamento que as mulheres fazem hoje, que nós fazemos, porque eu inclusive também faço. Os cabelos eram naturais... Depois com o tempo, já usavam o tal de pente quente que era a chapinha de hoje. Usavam o tal de *bobes*. Ou arrumavam as travessas, eram uns pentinhos que erguiam os cabelos! As mulheres se vestiam muito bem! A gente tinha uma divisão muito boa dentro da

⁴⁴ Depoimento do Seu Hercílio.

⁴⁵ Depoimento da Prof^a Inês.

⁴⁶ Depoimento do Sr. Antônio.

⁴⁷ GIACOMINI, 2006, p. 35

moda! Ninguém usava brilhos de tarde, nem vestidos decotados, eram vestidos mais leves, rosinha, amarelo⁴⁸.



Figura 10: Baile no CCCS. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

A aparência – corpo – fala não somente das condições sociais, mas igualmente do espírito, da moralidade, indissociáveis da aparência [...] Em clara oposição ao lazer e convívio desregrados, estariam o tempo e cuidado investidos na aparência, configurando o gosto sóbrio e requintado no vestir⁴⁹.

Na época era vestido, né, vestido meia perna, vestido tubinho, saia godê, ninguém tinha *eslaque* na época, não... Calça comprida era pra homem. Mulher era saia. Saia de prega, saia godê, vestido tubinho que a gente dizia na época, rabo de peixe, franzido, pregas, nesgas, a saia de nesgas a gente cortava as nesguinhas assim e fica bonito, ficava rodadinho em baixo e em cima bem acinturadinha... Os cabelos na época era o buque! Lavado! Penteado! Quando começaram aparecer os cabelos negros lisos, era o tal pente de aço, que era um pente de aço compridinho assim (demonstra com a mão) e era tipo um fogareirinho, esquentava ali, e era passado o óleo no cabelo, pense bem como a gente sofria, né?! Você ainda foi no tempo da toca de gesso (fala pra filha Nanci). Meu cabelo era muito pixaco, era duro, seco, pois porque que eu vou dizer que não, né, se eu não tratar ele, é duro mesmo. Então, eu esquentava aquele pente de aço, e era passado. A nega fica com o cabelo que era um pincel (gargalhada). Depois já veio a toca de gesso, já era mais fácil. Depois veio *bobe*, era o rolinho, né. Quando eu me casei o meu penteado era buque! Eram duas carreirinhas de buque, ficava parecido com aquela comida, como é, Canelone. Era igual aos canelones! Então pra trás foi solto, e em cima onde era o lugar da grinalda antiga, assim, era uma rosa. E daquela rosa grande, caia o véu! A negrada se arrumava assim! Fita no cabelo: a gente puxava pra cá (demonstra), amarrava

⁴⁸ Depoimento da Prof^a Odete.

⁴⁹ GIACOMINI, 2006, p. 40-41

uma fita dava um *top* (laço). E era bonitinho! A gente se achava linda! (risos) A pintura (maquiagem) seria o *ruge*, o pó de arroz... Batom sempre houve, né...! Hoje se falar em *ruge* e pó de arroz a turma dá risada!⁵⁰



Figura 11: Membros da Diretoria do CCCS com suas esposas. Sem data.
Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

As pessoas negras moravam nos lugares mais humildes da cidade, né! Nos arredores da cidade! Trabalhadores braçais, serventes, pedreiros, empregadas domésticas. Moravam em casinhas simples, mas que quando iam ao Clube, mostravam elegância, rigor e bom gosto ao se vestir e ao se arrumar. E mesmo vindos de uma camada social mais humilde, eles sentiam prazer em mostrar que tinham bom gosto!

O conjunto das atividades, as comemorações de Natal, Ano Novo, dia das Mães, dos Pais e das Crianças, Páscoa, as festas juninas, as celebrações do 13 de Maio, aniversário dos sócios, casamentos, aniversários do Clube, os Bailes da Primavera, os Bailes do Avental, os Bailes de Debutantes, bem como as Matinês de Domingo, e os tradicionais Carnavais ao som da bateria da Escola de Samba “Unidos do Rítimo Castro Alves” (Escola que surgiu dentro do Centro Cívico), ofereciam as ocasiões para que pudessem se reunir, famílias e amigos.

Nós buscávamos ser felizes, onde nós encontrávamos a nossa companheira, foi lá onde a gente casou. Ali foi onde eu conheci a minha esposa, é ali onde meus filhos viveram, compartilharam... Ali eu encontrei a minha família! Eu procurava o divertimento e uma moça para casar e eu encontrei, temos 44 anos de casados, mas nos conhecemos há 50 anos, e isso era o que meus colegas buscavam

⁵⁰ Depoimento de Dona Mercedes.

também: ser felizes e uma moça para casar. Também quero dizer que a coisa mais gostosa que eu tenho lembrança, era dos Bailes no CCCS! A gente se arrumava comprava sua roupinha, seu terno, e todo mundo estava dentro da legalidade do Clube! São histórias assim, coisas que ficaram na nossa lembrança do CCCS. Os rapazes se arrumavam, as moças se arrumavam. Havia uma seriedade nas festas. A gente ia com as famílias, eram os pais da gente que levavam a gente. A "Sociedade" se manteve por ser família! Quando há família, a "Sociedade" se forma e se mantém!⁵¹



Figura 12: Baile no CCCS. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

Frequentei o CCCS, em parte da minha adolescência e na minha juventude. Meu pai fazia parte da diretoria, e foi presidente nos tempos idos muito antes de eu frequentar. E depois nos levavam ao CCCS, as minhas irmãs fizeram "debu" lá, então para a família, era um ponto de honra frequentar o CCCS! O pai dava muito valor à sociedade, porque tínhamos nossos amigos de cor, e dificilmente seríamos aceitos em outra "Sociedade" que não aquela!⁵²

⁵¹ Depoimento do Sr. João Vitor.

⁵² Depoimento da Prof^a Inês.



Figura 13: Grande Baile de 31/12. O ano não consta.
Fonte: Acervo do MHTC

Chama a atenção, nas entrevistas como esses grandes bailes ficaram gravados na memória dos antigos sócios e o que eles buscavam neste espaço de negros.

A gente começou muito nova, né em 1947. Em 47 a gente começou frequentar os Bailes de São João, os Bailes de 22 de setembro que era aniversário do Clube, Bailes do 13 de Maio, que era o baile de vestido comprido, Baile de Gala, né! Os bailes de São João eram muito lindos. Depois de casada, meu filho até foi o noivo no casamento caipira. Saía de casa ele como o noivo, de carreta, de cavalo, a carreta com capota de foles de butiá, tudo bem enfeitado. A noiva era outra vizinha... Eram festas muito bonitas, que deixaram muita lembrança, né... Tinha também o baile de natal, que era bastante apreciado. O 13 de Maio que era um baile chique... nossa, era traje de gala! Quem não tinha o traje de gala, não entrava no Baile! No dia 22 de setembro era o baile de aniversário do clube. Até era aniversário também do meu esposo, era 23 de setembro! Então a gente se conheceu lá! Com 15 anos, que eu me casei, com 14 eu já frequentava lá, os bailes, as coisas. E assim foi enquanto durou uma "Sociedade" muito boa! Que a gente tem até pena, porque hoje praticamente acabou! Quase nem se ouve mais falar! Vinham Clubes de Florianópolis e de Caçador pra visitar... Eu me lembro que vinham...⁵³

⁵³ Depoimento de Dona Mercedes.



Figura 14: Baile de São João no CCCS. Sem data.
 Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

Eu trabalhava lá em São Paulo (empregada doméstica), tinha Baile de Gala em maio, a minha cunhada telefonava, eu já vinha pronta! Já trazia minha roupa! O São João era igual. “Óh o Baile de São João vai ser tal dia!” Eu viajava na sexta, chegava aqui no sábado de manhã, dançava o baile, no domingo ia, na segunda-feira já tava lá em São Paulo de volta! (gargalhada). Quem animava os bailes eram a Guanabara e a Guarani! A Guanabara era uma orquestra aqui de Lages contratada nos dias de baile! Os músicos eram poucos brancos, o resto eram todos negros, a Família Pillar, a maioria deles, os Pillar, eram bastante irmãos e tocavam todos na Banda Guarani. A Guanabara tinha outros, mas era quase a mesma coisa! Era tango, bolero, valsa ou assim, umas musiquinhas rapidinhas (gargalhada), mas geralmente era dança de salão. Depois teve uma época que teve um baile de gala que veio Casa Branca, uma orquestra de fora que veio tocar aqui. Foi um Baile muito bom também!⁵⁴

⁵⁴ Depoimento de Dona Natália.



Figura 15: Dona Natália e amigos em Baile de São João no CCCS. Sem data.
Fonte: Acervo Particular de Natália Rosa dos Santos

Como se pode ver nos depoimentos, para eles foram momentos marcantes e inesquecíveis, elegantes, irreverentes. Recebiam visitas de outras “sociedades” negras para os grandes bailes, bailes estes pelos quais as elites dominantes de Lages, aprenderam a respeitar a “Sociedade de Morenos”.

Vinha muito o Clube de Caxias do Sul – RS e também do litoral, vinham também membros do Clube Operário de Criciúma.⁵⁵

Ah... Era bailão, viu! Dá até saudade dos bailes... Bonito mesmo! Vinha Clube de fora, muitas vezes vinham Clubes de Curitiba e de Caxias do Sul – RS!⁵⁶

Os Bailes eram com Orquestra, eram sociais, vestido longo, né?! A gente tem saudade daqueles bailes, né, com Orquestra, né! Quando tocava a Orquestra Guanabara, por exemplo, aí todo mundo já tava assim óh bem aí... “Ah vai tocar a Guanabara, não sei o que que tem”, (faz movimentos de empolgação com as mãos), e se arrumavam e corria pra cá e era assim...⁵⁷

⁵⁵ Depoimento da Profª Odete.

⁵⁶ Depoimento do Seu Jango.

⁵⁷ Depoimento de Dona Joaquina.



Figura 16: Baile no CCCS. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

Tinha Baile de Debutantes também... Porque os grandes Clubes (da elite) tinham, né, e aí começamos a fazer também o Baile de Debutantes! Umas quantas vezes foi feito! Baile das Debutantes para nossas Negrinhas, né!⁵⁸



Figura 17: Baile de Debutantes no CCCS

Sr. Sebastião Ataíde, esposa e filhas. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria

⁵⁸ Depoimento de Dona Inah.



Figura 18: Sr. Sebastião Ataíde dançando a valsa com uma das filhas durante o Baile de Debutantes no CCCS. Sem data.
Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria



Figura 19: Baile de Debutantes no CCCS
Os pais esperam a entrada das filhas. Sem data
Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria

Estes eventos sociais da diretoria, geralmente eram organizados com a ajuda do Grêmio das Margaridas, entidade fundada em 1933, por um grupo de jovens negras, filhas e parentes dos sócios do CCCS, sob a coordenação de Joana de Oliveira que se tornou a primeira presidente. As mulheres não tinham direito a votar para presidente e ainda não podiam ser sócias independentes, já que a “Sociedade” fora fundada por homens; por esta razão decidiram fundar uma Agremiação feminina que congregasse as mulheres jovens. Essa Agremiação tinha por finalidade cooperar junto à diretoria na organização das reuniões dançantes e de datas comemorativas, além de aprimorar as jovens negras quanto à boa conduta, moral, e bons costumes.

Elas tinham uma presidente! Ela era irmã minha, chamava-se Joana! Ela era muito exigente! Então as moças, se cuidavam dela, coisa séria! Ela era presidente das Margaridas!⁵⁹

Ah, elas faziam festinhas pra arrecadar dinheiro para comprar as cortinas, e pra comprar as coisas pra manutenção do Clube!⁶⁰

O Grêmio das Margaridas teve curta duração, apenas nove anos, pois algumas das jovens casaram-se e outras foram residir fora de Lages. Nos anos de 1949 e 1950, o Centro Cívico contava com um número bastante elevado de sócios e os bailes eram muito concorridos, com isso começaram a surgir problemas de ordem social⁶¹. Frente a isto, algumas senhoras e jovens, criaram, em 13 de maio de 1950, uma nova agremiação que levou o nome de Grêmio Treze de Maio, que teve como primeira presidente a Sr^a Jardelina Cândido de Oliveira.

⁵⁹ Depoimento do Sr. Hercílio.

⁶⁰ Depoimento de Dona Marina.

⁶¹ ATAÍDE, 1988, p. 82



Figura 20: Posse da Diretoria do CCCS em 1950.
 Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria

Então tinha o presidente e os componentes. Aí tinha a ala que as mulheres é que participavam, né?! Então das Mulheres [...] era O Grêmio Treze de Maio, que era dirigido pela Dona Jardelina Oliveria (a presidente)! Então ela era uma pessoa assim... Muito severa! As moças que frequentavam lá tinham que ser assim, umas moças assim sérias, né?! [...] era muito severa a lei ali⁶².

Assim como o Grêmio das Margaridas, o Grêmio Treze de Maio também tinha como finalidade o controle da classe feminina, e dessa forma a diretoria (masculina) só interferia em casos muito graves. É a partir de 1950 que começam os concursos de Rainha da Primavera que coincidiam com o aniversário do Clube em 22 de setembro. Esses concursos eram organizados pelo Grêmio Treze de Maio.

⁶² Depoimento de Dona Cecília.



Figura 21: Concurso “Rainha da Primavera” do Grêmio Treze de Maio em 1952. Rainha Srt^a. Maria Helena Saldanha. As princesas: Helena Castro da Silva e Leda Pillar.

Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria



Figura 22: Concurso “Rainha da Primavera” do Grêmio Treze de Maio em 1952. Rainha Srt^a. Maria Helena Saldanha. As princesas: Helena Castro da Silva e Leda Pillar.

Fonte: Acervo Particular de Maria Inês Ataíde Salmoria

A partir de então, as mulheres pós-década de 1950 também puderam começar a associar-se individualmente conforme consta nas fichas cadastrais dos antigos sócios do Centro Cívico.

Sobrenome:

A-007

CADASTRO SOCIAL E FINANCEIRO

ASSOCIADO: ANA MARIA ALVES DA LUZ N.º

NASC.: Brasileira NATURAL DE: LAGES-SC DATA NASC.: 17.04.934 Matrícula

ESTADO CIVIL: Solteira PROFISSÃO: Doméstica CATEGORIA: Contribuinte

END. RESIDENCIAL: Rua Governador Jorge Leal nº 200 FONE:

END. PROFISSIONAL: Rua e Nome FONE:

ONDE EXERCE: Rua Governador Jorge Leal nº 200 CX. POSTAL:

DEPENDENTES

NOME	Data do Nascimento	Grau de Parentesco	SEXO	Caderneta Social	
				N.º	Data de expedição

Figura 23: Ficha de Cadastro Social e Financeiro do CCCS
Fonte: Acervo do CCCS

E as mulheres tiveram um papel muito importante dentro do Clube! Foram elas que mantiveram aquele Clube aberto! Porque a partir do momento que se acabou com o Grêmio, que saíram as mulheres, acabou o Clube!⁶³

O Centro Cívico sempre contou com o apoio dos ilustres negros que muito lutaram pela manutenção da sociedade. Entretanto, também teve apoio de pessoas amigas, as quais, quem muito se destaca é o Sr. César Sartori, que tanto apoiou que solicitou ao clube que quando morresse não queria brancos carregando seu caixão, mas sim seus amigos negros. No acervo fotográfico do Museu Histórico de Lages – SC encontra-se uma fotografia do dia da morte do Sr. César, e conforme ele pediu, o cortejo seguiu com seu corpo sendo carregado pelos negros do “Cruz e Souza”.

⁶³ Depoimento da Profª Odete.



Figura 24: Cortejo Fúnebre de César Sartori – 13/07/1945

Detalhe para os negros do CCCS, carregando o corpo. Sartori era médico, nasceu em 1967 na Itália e chegou em Lages em 1903. Desempenhou importantes trabalhos de pesquisa antropológica e de assistência a comunidades indígenas. Foi de um dos principais incentivadores e apoiadores da Fundação do CCCS.

Fonte: Acervo do MHTC

Um dos que ajudou a Comunidade Negra ter seu espaço, ele era espírita, era um cidadão de descendência italiana, e ele foi um dos incentivadores: "Vamos deixar os morenos terem o espaço deles". Chamava-se César Sartori. Ele era um simpatizante. Foi ele que disse: "Vamos deixar que eles tenham também o seu espaço!" Porque se dizia que o negro não sabia se comportar na sociedade, né.⁶⁴

Na década de 80 começou um novo movimento musical no clube! Agora as reuniões vespertinas eram ao som da *Black Music* Americana, que carregava a juventude para os salões do CCCS, essas reuniões eram chamadas domingueiras ou *soirées*.

Os primeiros anos de 81 a 84 eu e a Nara fazíamos as fantasias de carnaval, nós fazíamos juntas, né, íamos as finais de semana, tinha sempre uma ou outra atividade lá no Clube, principalmente assim, era dança. A gente ia pra lá pra dançar. Não era discoteca, era um som

⁶⁴ Depoimento da Prof^a Inês.

mais *Black*, um *Som Music*; alguma coisa assim que tocava na época. Pagode também não tinha. Ainda não existia! Mas a moçada se reunia lá! Tinha atividades sábado de noite! Naquele período tinha todos os domingos também. A gente não ia todos os domingos, porque ia ficar assim muito manjado! Então a gente não ia todo domingo! Mas de vez em quando a gente estava lá! No domingo era à tarde, começa um horário tipo 6h, e ia até as 10h da noite. Aí era traje comum, né, calça comprida, uma blusinha mais bonitinha, a moda *teen* da época. A moda Jovem da época!⁶⁵



Figura 25: Roda de Samba no CCCS 100º da Abolição da Escravatura - 1988
Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

Bom, nós assim, nós tínhamos muito, grupos de meninas, então a gente ia nas domingueiras, né, como era chamado na época! Então aos domingos a gente ia! A tarde já ficava naquela expectativa de ir para o "Cruz e Souza". Então chegando lá, tinha a discoteca, né, e a gente então se reunia nos "bolinhos" das meninas, a gente dançava, né, o som era um som, assim de, não era pagode na época! Então era um som *Black*, como diziam, mais americano e era muito divertido. A gente se sentia muito bem, até porque assim, mesmo em casa... porque o pai sempre falava muito bemdo Clube, né, a minha mãe ia, as minhas irmãs também sempre foram pra lá, então a gente não tinha assim, de repente um outro lugar que a gente fosse e se sentisse tão bem quanto o "Cruz e Souza".⁶⁶

⁶⁵ Depoimento da Profª Sônia.

⁶⁶ Depoimento da Profª Nara.

O Centro Cívico seguiu suas atividades, mas pelos idos dos anos 1990 começa uma fase de declínio. Os antigos sócios aliam esta “caída” do Clube à falta de interesse dos seus sócios, à falta de identidade, ao acomodamento dos negros.

A situação do Clube hoje está complicada. Eu não sei o que acontece ali! Sei que as pessoas não estão conseguindo manter com aquele objetivo da época da fundação do Clube! Eu sou coordenadora do Obatalá⁶⁷, Movimento Negro de Lages, e a gente gostaria que o clube tivesse um outro olhar para essa negritude. Essa negritude lageana que aqui está e que anseia, a gente vê alguns jovens, né, quando tem pagode lá no Clube, a gente vê que nossos jovens negros vão pra lá porque se sentem a vontade naquele espaço! E eu sei disso porque tem um grupo de dança afro aqui na nossa organização, e quando acontece isso eles ficam muito contentes: 'Ah é no "Cruz" é no "Cruz"'. Ficam todos contentes. Eles vão em outros espaços mas a gente percebe que eles não ficam tão a vontade, como quando vão lá pro Clube, porque é como se fosse a casa deles.⁶⁸



Figura 26: Fachada do Centro Cívico Cruz e Souza
Foto: Eráclito Pereira – 02/2012

Eu acho que o nosso Clube caiu muito assim, porque as pessoas não participam, né. Ah, e quando se faz um jantar uma coisa, quando a gente vai convidar um, diz “ah é muito caro”... Eu sou sócia remida, tá ali o quadro do meu marido, né, (aponta pro diploma de sócio remido do esposo)... E daí esses tempos brincaram comigo, disseram: “ah você paga?” Eu disse: “Pago! Tem que ajudar o Clube!” Eu não

⁶⁷ O Movimento Obatalá, hoje é um Ponto de Cultura do Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura. Seus objetivos de reafirmação identitária são desenvolvidos sob a ótica da Educação Patrimonial!

⁶⁸ Depoimento da Prof^a Sonia.

reclamo! Se todo mundo desse uma mão pro Clube, o Clube não estava como está agora!⁶⁹



Figura 27: Salão Nobre do CCCS
Foto: Eráclito Pereira – 02/2012

Eles tinham uma bandeira que eles não deixavam cair em hipótese alguma. Ela foi caindo porque foi perdendo a hegemonia do civismo. O Bar está fechado, os salões alugados pra bailinhos da terceira idade, não tem mais ecônomo, não existe mais a semana da Consciência Negra, do 20 de novembro.⁷⁰

Os antigos sócios salientam que o declínio do CCCS, em boa parte se deu devido à falta de apoio dos poderes públicos que pouco fazem ainda pela sobrevivência destes espaços e dessas memórias.

O “Cruz e Souza” tem uma história muito antiga, né, de muita fama. O “Cruz e Souza” é muito famoso. Hoje que caiu bastante, né, falta de apoio... Este movimento de vocês é muito bom, porque pode ser que dê uma força pra não deixar cair o “Cruz e Souza”. Até porque na minha época o “Cruz e Souza” era Ô “Cruz e Souza”!⁷¹

⁶⁹ Depoimento da Dona Joaquina.

⁷⁰ Depoimento do Sr. Carlinhos.

⁷¹ Depoimento do Seu Jango.



Figura 28: Porta do Salão Nobre do CCCS

Foto: Eráclito Pereira – 02/2012

Eu hoje vejo que eu deveria ter lutado e assumido junto com meus amigos que também eram filhos de ex-presidentes. Deveríamos ter assumido a casa e mantido a "Sociedade"⁷²

Eu frequentava muito o "CS" pra dançar carnaval, mas era uma coisa muito bonita! Todo mundo se fantasiava, o "CS" ficava colorido, né, de pessoas! Ainda ontem eu estive no "CS", era um jantar de outra entidade, era beneficente, nos convidaram, a gente comprou o ingresso e foi. Então eu cheguei lá me deu até uma tristeza, eu disse: Meu Deus, hoje é um sábado eu chegando no "CS", pra um jantar que não tem nada a ver com o Clube. Não tinha nada, nada, nada, então assim parece que a gente tá ali dentro do Clube, e não tá no Clube. As pessoas se confundem, porque o "CS" não é aquele espaço físico que tá lá! O "CS" não tá lá! Lá tem uma casa onde o povo dançou, onde o povo fez festa. E hoje alguns tentam recuperar, mas as pessoas do "CS" não tão mais lá! Aquelas pessoas que podiam e deveriam ir lá, não vão, porque não tem nada que agregue as pessoas lá dentro! O "CS" era uma agremiação, aonde ele reunia as pessoas, onde tinha confraternização, onde as pessoas eram amigas de verdade!⁷³

⁷² Depoimento do Sr. João Vitor.

⁷³ Depoimento da Prof^a Odete.



Figura 29: Carnaval no CCCS. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Antônio Carlos Medeiros Magalhães

Sobre os carnavais no Clube, nota-se a paixão e o contentamento por parte dos integrantes do CCCS, o orgulho em terem tido a primeira escola de samba da cidade de Lages!

O “CS” foi a primeira escola de samba de Lages, eles criaram a URCA que se denominava “Unidos do Ritimo⁷⁴ Castro Alves” e se denomina até hoje. Essa escola de samba, ela nasceu, e eu tenho a honra de dizer, que nasceu de frente a minha casa, na Família Fernandes que cuja primeira porta-bandeira se chamava Tereza Fernandes Silva. E todos da cidade vinham ensaiar aqui. O “CS” nunca teve um bloco de carnaval, já se tornou Escola de Samba imediatamente. O “CS” foi detentor dos maiores títulos de Escola de Samba, de rua! Inclusive nosso carnaval (em Lages) nessa época era o segundo maior do Estado. Só perdia pra Florianópolis, por ser uma Capital.⁷⁵

⁷⁴ Na grafia que consta no estandarte da Escola escreve-se “ritimo”.

⁷⁵ Depoimento do Sr. Carlinhos.



Figura 30: Dona Natália e uma amiga carregam o estandarte da Escola de Samba – URCA durante carnaval. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Natália Rosa dos Santos

O Carnaval do CCCS era o que tinha de melhor na cidade. As emissoras de rádio, quando começavam anunciar os carnavais, já começavam falando pelo CCCS. Acontecia de somente a URCA desfilar, e a população vibrava, saía de suas residências somente para ver a Escola na rua.⁷⁶

⁷⁶ Depoimento da Profª Inês.



Figura 31: Estandarte da Escola de Samba Unidos do Ritimo Castro Alves

Fonte: Acervo do MHTC

Foto: Eráclito Pereira – 03/2012

A escola de samba aproveitei muito! Carnavalesca mesmo toda vida! O Carnaval foi bom este tempo todo, até que o prefeito resolveu a não fazer mais. Mas todas as vezes que tinha eu desfilava na avenida! Era muito bom! A gente trabalhava todos juntos, tanto no "Cruz" como em outras escolas... No "Cruz" todo mundo unido... Todo mundo se ajudava nas fantasias, a gente até amanhecia bordando e colando as fantasias e quando chegava na hora de se vestir, era tudo lá também. Tinha um lugar pra bateria se arrumar, as baianas... Assim desfilei uma vez na ala das baianas... Mas a gente tinha uma ala que chamava "Revelação", que ali desfilavam umas 60 mulheres e homens também, foi onde eu desfilei até 61 anos (gargalhada). Parei mesmo porque o carnaval em Lages, infelizmente, parou!⁷⁷

Podemos perceber então, nas falas seguintes, o quão aguardado eram os carnavais. Não só pelos membros da URCA, mas pela comunidade negra, principalmente as costureiras que falam maravilhadas de seus trabalhos em favor do CCCS e da URCA. A elite lageana também aguardava ansiosa pela entrada da URCA e dos negros do CCCS na avenida.

Costurei muito... Pro Clube e pros frequentadores, né?! Adorava! Adorava fazer! Eu fico olhando hoje na televisão, as porta-bandeiras, né... Mestre-Sala... Eu adorava fazer esse trabalho! Olha eram umas fantasias assim, não vou dizer assim... Hoje é quase tudo muito despido. Eram mais fechadas! Mas era muito bonito. Mas eu costura em casa, né?! Eles traziam, né, pra mim fazer a roupa. Então eu costurava, minha costura era masculina também, né?! Então aí eles

⁷⁷ Depoimento de Dona Natália.

criaram um Bloco só pra homens, então eu fazia as roupas dos homens também...⁷⁸



Figura 32: Bloco dos Homens – Carnaval no CCCS. Sem data.

Fonte: Acervo Particular de Natália Rosa dos Santos

Os carnavais, aí animadíssimos, ainda mais quando a Guanabara tocava, (riso e olhos brilhantes), a gente vinha lá longe já estava tocando aquilo lá, né! Todo mundo já tava animado (gesticulações de empolgação)! Eu gostava de ver a Escola de Samba passar, tinha a oportunidade de desfilar nela, mas nunca desfilei... Eu gostava de ver, porque nossa escola, não tinha quem falasse alguma coisa, ela era impecável! Não estou desfazendo as outras escolas, mas a nossa era impecável do começo à cozinha (final)!⁷⁹

Marciano Medeiros pra mim foi o Grande Maestro do "CS", da Escola de Samba. Porque era um ritmista de mão cheia, porque ele dava realmente o tom na Escola. E ele tinha uma paixão pela Escola. E quando ele saía na Escola e a gente saía pra Escola, a gente ensaiava, ensaiava, ensaiava, daí depois a gente ia pra avenida, e antes de sair pro desfile, né, a gente percebia, eu pelo menos, percebia que o Marciano, ele se imbuía de uma coisa muito profunda, né, quando ele dava aquele apito e aquele grito pra Escola chegar e animar a Escola, ele ficava assim: exaltado, parecia que os olhos dele brilhavam, e ele ficava de uma imponência... Assim de alegria de bem estar. Ele tinha muita empolgação pela Escola! Depois foram surgindo outras escolas. Mas a primeira escola de Samba de Lages foi a Unidos do Ritimo Castro Alves. E também não poderia deixar de ser, porque era lá que estavam todos os negros e todos os ritmos estavam ali dentro do "Cruz e Souza". Com certeza!⁸⁰

⁷⁸ Depoimento de Dona Cecília.

⁷⁹ Depoimento de Dona Joaquina.

⁸⁰ Depoimento da Prof^a Odete.

Entrevistar as negras e os negros que um dia pertenceram a esta grandiosa “Sociedade”, foi muito gratificante. A história oral tem realmente um poder incrível de mexer com os pedaços de vida da gente, que são guardados, no tempo e no espaço. Pude constatar em cada rosto, a satisfação em poder contribuir com uma pesquisa acadêmica desta dimensão; em cada gesto de empolgação a saudade impregnada na memória, num passado presente, mas ao mesmo tempo remoto; em cada palavra simples, a nobreza, sabedoria e humildade de um povo que nunca deixou de lutar pelos seus direitos; em cada olhar a emoção, a alegria, o orgulho e contentamento em sentir-se valorizado e poder ver que um negro estava fazendo um curso de mestrado e que outros negros têm ascendido ao Ensino Superior, mas ao mesmo tempo a preocupação, em salvaguardar essas memórias e garantir a continuação das políticas públicas em favor do povo negro.

4.3 Clubes Sociais Negros como espaços museológicos: O caso Treze de Maio de Santa Maria/RS

Santa Maria, cidade situada na região central do Rio Grande do Sul, com uma população aproximada de 270 mil habitantes, sendo que, 17% da população é negra (pretos e pardos), segundo dados do IBGE⁸¹. Todavia, estima-se que a população negra seja bem maior, visto que muitas pessoas não se identificam como sendo negras, ou há certa quantidade de omissão do próprio recenseador que por vezes acaba assinalando a cor do cidadão sem mesmo ter lhe perguntado. Santa Maria é conhecida como a cidade coração do Rio Grande do Sul, também chamada de cidade cultura e cidade universitária, por possuir a maior universidade pública do interior do Estado, a Universidade Federal de Santa Maria, que, a partir de 2008, adotou o sistema de cotas para negros e indígenas. Cabe ressaltar que essa adoção não se deu de uma hora para outra, mas sim graças à incansável luta de militantes do Movimento Social Negro.

Assim como a cidade de Lages – SC que no início do século XX tinha em sua área urbana central o Bairro da Brusque, um genuíno território de negros, Santa Maria também possuía um bairro semelhante. Trata-se do Bairro do Rosário, que segundo a oralidade teria sido fundado por famílias de escravos durante a

⁸¹ ESCOBAR, 2010.

Revolução Farroupilha, assim como a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, situada à aproximadamente 200 metros da antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, que fora fundada em 1903 por negros ferroviários, após ter sofrido grande período de decadência e fechado suas portas, hoje, sob a luz da Nova Museologia e da Ecomuseologia e Museologia Comunitária, está reinventada em Museu Comunitário Treze de Maio.

A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio surgiu pelo mesmo motivo que surgiram todos os Clubes Sociais Negros do Brasil: como uma resposta ao processo de intensa segregação racial pelo qual passavam. Como já falado anteriormente, os negros eram impedidos de frequentarem os “Clubes Brancos”, e por este motivo, necessitavam criar os Clubes Negros, espaços pensados por negros e para negros. Foi 1903 o glorioso ano de criação da Centenária Sociedade, sendo 47 o número de cidadãos que a fundaram. Inicialmente chamada de “Sociedade Treze de Maio”, somente em 1946 ela recebeu a alcunha de “Recreativa” e ainda neste mesmo ano, após Assembleia, finalmente ela foi denominada “Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio”. A data de 13 de maio foi uma escolha alusiva à data da abolição da escravatura no Brasil.

O “Treze” como ficou popularmente conhecida essa Sociedade, é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um espaço privilegiado que demarca, na cidade, um espaço político, uma vontade, um lugar de memória e identidade negra. (ESCOBAR, 2010, p. 100)

Assim como o “Cruz e Souza”, o “Treze” foi uma sociedade que conquistou alto conceito e credibilidade ímpar na sociedade santa-mariense. Também era uma sociedade com princípios morais muito rígidos, que zelava pela boa conduta das famílias de seus sócios. Seus carnavais, segundo relatos, eram os melhores da cidade de Santa Maria e como o “Cruz e Souza” teve seu reconhecimento em todo o Estado de Santa Catarina, assim também o “Treze” era conhecido como uma das melhores sociedades do Estado do Rio Grande do Sul.

Os primeiros estudos, pesquisas elencadas, bem como artigos publicados referentes à SCFTM, foram feitos entre os anos de 2001 e 2002 por Giane Vargas Escobar, quando a mesma cursava uma Especialização em Museologia no Centro Universitário Franciscano/UNIFRA, e naquela oportunidade, mediante um trabalho acadêmico, decide tomar o prédio da SCFTM como objeto de estudo, elevando-o à categoria de patrimônio cultural local. Ao decidir investigar a história adormecida do

“Treze”, Giane desencadeou e reacendeu histórias e memórias, saberes-fazer e imaterialidades sublimes, necessitadas de preservação e difusão, que já renderam muitos frutos desde então, e acredita-se que possa vir a gerar muito mais.

Foi o primeiro passo de uma nova era para a quase centenária SCFTM. Muitos outros trabalhos foram efetivados ali naquele espaço, que outrora foi um lugar de afirmação e sociabilidade da comunidade negra de Santa Maria. Novos trabalhos foram surgindo, oriundos de projetos de pesquisas, de professores e acadêmicos da UFSM e do UNIFRA⁸², e se tornaram uma grande ajuda nas investigações e levantamento de dados. E a “vontade de memória”⁸³, impulsionava Giane e outros tantos ativistas do Movimento Social Negro que se uniram à ela na busca das histórias de vidas e das memórias adormecidas, que pudessem reconstituir aquele espaço de modo que fosse preservada a sua identidade enquanto espaço de afirmação, resistência e sociabilidade negra.

No ano de 2001, a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio agora seria elevada a categoria de instituição museológica, materializada em um Museu de tipologia comunitária, no intuito de garantir a preservação, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural, material e imaterial da SCFTM.

Bemvenuti, (2007, p. 44) diz que a história da organização do homem em diferentes sociedades nos revela que o ser humano, há muito tempo, reúne, acumula e resguarda os mais variados objetos motivados provavelmente pelo prazer, pela vaidade ou mesmo por suas crenças religiosas. Os objetos que são acumulados em casas, escolas, instituições, museus, são impregnados de informações, significados e ressignificações.

Todavia, tal ação não se fundamenta apenas no simples e irrisório ato de acumular objetos, mas sim naquilo que se faz urgente e necessário: compreender o homem e fazer com que este se reconheça como ser capaz de transformar o território onde está inserido e seu entorno.

Segundo Bemvenuti (2007)

Considerando que as coleções são fruto do hábito humano de acumular, admirar, descobrir, espantar-se, comparar, qual seria a relação entre um encontro amoroso do fazer/saber e dos vestígios do

⁸² O Museu Treze de Maio viabiliza espaço para estágios acadêmicos de alunos de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e do Centro Universitário Franciscano/UNIFRA.

⁸³ NORA, Pierre, 1993.

conhecimento humano? Como o processo de democratização do saber pode ser entrelaçado com a função do museu? E como o museu e a escola, numa parceria, podem se apropriar da relação existe entre a memória e o conhecimento a favor de uma sociedade?

Diante dessa consideração e do movimento constante que tal afirmação proporciona, surgem ideias e/ou questionamentos que nos possibilitam pensar as relações de poder e sua relação com as diferentes formas de acesso ao conhecimento.

Vários pesquisadores e autores contemporâneos defendem, de diferentes formas, que colecionar está relacionado à tentativa do ser humano de pensar seu tempo e suas relações com o outro; que, ao recolher pedaços de um mundo, compreende e, desse modo, domina o espaço em que vive. (SUANO, 1986)

Sempre é bom lembrar Waldisa Rússio Guarnieri (1989), umas das primeiras museólogas brasileiras a levantar uma discussão onde a museologia e o museu se relacionam numa perspectiva dialética e significativa, que propõe uma reflexão acerca dos movimentos evolucionistas dos museus do fazer museal, por meio de histórias e ações que foram se desenvolvendo ao longo dos séculos nos diferentes países.

Museu do grego Museion, Filho de Orfeu, Templo das Musas, lugar onde as oferendas dos adoradores formavam um involucro de coleções mistificadas. Apareceu em Alexandria, no Egito dos Ptolomeus, quando Ptolomeu Soter (305 a 283 a.C.) o mandou edificar, e foi destruído no século III; foi confinado em grandes gabinetes no século XIV, para somente depois de alguns séculos ser aberto a visitação pública e passar a desenvolver as ações de integração social.

No Brasil, o surgimento das primeiras instituições museológicas data do século XIX⁸⁴. Todavia, foi durante as primeiras décadas do século XX, que a nação abriu as portas ao pensamento nacionalista e passou a discutir o estudo científico da realidade brasileira. Nesse mesmo período datado do ano de 1922 é criado o Museu Histórico Nacional – MHN (1922 – Rio de Janeiro) – significativo acontecimento da museologia brasileira – O MHN serviu como modelo para a criação das novas instituições que surgiram a partir de 1922 e, que embora tivessem um olhar e/ou

⁸⁴ Com base na leitura da análise dos dados fornecidos em 1997, pela Comissão do Patrimônio Cultural. DOS SANTOS M. S. Os museus brasileiros e política cultural - Comissão Patrimônio Cultural – Universidade do Estado de São Paulo (CPC/USP) – 1997.

uma ideia voltados ao pensamento museológico mais ajustado as questões, sociais e de integração comunitária, carregavam consigo uma série de fatores que as tornavam incompatíveis com a realidade (período de conflitos ideológicos desencadeados pela Semana de Arte Moderna e contradições políticas geradas pela implantação do regime republicano que substitui a monarquia).

Neste período surgiram o primeiro curso de Museus no Brasil em 1932 e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 1936⁸⁵.

Ao término da Segunda Guerra Mundial houve um crescimento significativo de museus, incluindo também os de Arte.

Segundo Anico, (2005):

O período subsequente à Segunda Guerra Mundial marcou então o início de uma transformação qualitativa e quantitativa nos processos de ativação patrimonial, fruto de uma nova sensibilidade em face dos referentes culturais potencialmente patrimonializáveis, conferindo novos usos e sentidos a objetos, modos de vida, saberes e lugares. A procura da autenticidade e da tradição configura-se, assim, como uma característica distintiva das novas formas de consumo cultural, às quais o patrimônio e os museus não permaneceram indiferentes. Nesse sentido, patrimônio e museus podem ser analisados à luz destas dinâmicas centrípetas e centrífugas de deterritorialização e de reterritorialização da cultura, na medida em que os elementos culturais representados são retirados dos seus contextos sociais, culturais, espaciais e temporais para serem incorporados em novas relações. Nesse contexto, os museus e outros sítios patrimoniais não se limitam a conservar vestígios do passado, também os apresentam ao público e, nessa medida, simulam os seus contextos históricos numa evocação nostálgica de um passado saneado, redimido de quaisquer vestígios de conflito, ficcionado e oferecido ao público como verdadeiro e autêntico. Museus e patrimônio configuram-se, desse modo, como um legado da modernidade que procura uma nova legitimação institucional no presente.

Se analisarmos o cenário dos museus no final do século XX e início do XXI, e a forma como vem sendo concebidas as suas ações educativas, perceberemos que o cenário norte-americano nasce em um contexto de produção capitalista, no seio da comunidade (diferentemente do europeu), e com a participação comunitária forma o acervo e conseqüentemente oferece junto aos serviços educativos atrações e eventos diversificados: concertos, desfiles de moda, ciclos de debates (hoje na museologia comunitária, denominado Roda de Lembranças ou Roda de Convivência). “A essa forma de conceber o museu chamou-se *Museu Dinâmico*”. (BEMVENUTTI, 2004)

⁸⁵ Com base no Caderno de Diretrizes Museológicas I, 2002.

O homem precisa perceber-se no seu meio comunitário local, no contexto cultural em que se encontra inserido e, concomitante a isso, necessita participar de processos culturais mais amplos. Assim, esses conteúdos devem ser buscados na comunidade, que é esse campo de inter-relações humanas, de uma uni multiplicidade social, econômica, política, e cultural.

O museu, como instituição cultural, dedicada ao patrimônio comum, não pode existir verdadeira e culturalmente “fora do solo”, como se diz de certas culturas alimentares que crescem em estruturas inteiramente artificiais com os adubos igualmente artificiais. Tal museu seria um simples lugar comercial de consumo e de lazer, ou uma instituição de ciência pura. Para continuar cultural, ele deve estar enraizado num terreno humano e se nutrir da cultura viva da comunidade envolvente. (VARINE, 2007).

E foi a partir desse desejo de memória e dessa vontade de nutrir-se da cultura viva da comunidade negra, que em 2001 a SCFTM é reinventada no primeiro museu comunitário de cultura afro-brasileira do Rio Grande do Sul, o Museu Comunitário Treze de Maio. A partir daí foi encampando por meio de seus gestores, associação de amigos e junto as suas gentes (comunidade negra de Santa Maria), diversas ações e demandas visando à preservação, salvaguarda e comunicação da memória afro-brasileira ainda latente na oralidade e nos saberes fazeres, e nas vivências da comunidade negra santa-mariense, pois, vislumbravam aí o despertar de políticas públicas que suprissem essa necessidade de preservação e difusão.

A comunidade é naturalmente determinada pelo território; ainda assim, é preciso conhecê-la, ou seja, não só ter realizado seu estudo sociológico, etnológico, linguístico etc., mas ter penetrado seus componentes, de maneira a localizar suas forças e fraquezas, suas pessoas-recurso, as microcomunidades de toda natureza, profissionais, étnicas, culturas de bairro, de idade, suas necessidades e a natureza das crises que a afligem. E é preciso reconhecê-la como comunidade e não apenas como um conjunto de cidadãos dependentes de autoridades eleitas para x anos. Reconhecer a comunidade não basta: essa é uma abordagem unilateral, concedida. É preciso que ela se reconheça a si mesma como comunidade que partilha os mesmos problemas e os mesmos valores, e, finalmente, um destino comum. Para isso convém ajudá-la a revelar-se, a tomar confiança em si, não pelo discurso, mas sim pela ação. As lutas em tempos de crise, as ações- pretextos provocadas, o lançamento de projetos endógenos, os sucessos e os fracassos contribuirão para isso. (VARINE apud ESCOBAR, 2010, p. 124-125).

Frente a isso, Dutra (2007, p. 9) reforça que esta comunidade pode ou não, ser formada por militantes do movimento negro organizado, que lutam para combater o preconceito, o racismo, e vislumbra a inclusão do povo negro, na

sociedade ainda segregada racialmente. Diz ainda, que esta mesma comunidade se fortalece por agrupar uma gama de grupos e instituições, que mesmo oriundos e/ou fundamentados de pontos e eixos diversificados, somam esforços e robustecem a luta do povo negro, por melhor articulação sociopolítica e cultural, por meio da participação popular em fóruns setoriais de discussão, do local ao universal. Estes grupos na sua maioria originam-se dos clubes sociais negros, grupos artísticos de cultura afro (capoeira, dança, música, artesanato, gastronomia) e das casas de matriz africana que buscam cada vez mais reafirmar sua religiosidade.

O MTM se consolidou através do desejo da comunidade negra de Santa Maria, por meio da incansável articulação e luta de ativistas do movimento negro, e posteriormente através das parcerias entre as esferas públicas e privadas. É possível afirmar que o Movimento Clubista Negro do Brasil, despontou o seu fortalecimento no ano de 2006, a partir de uma ação implementada pelo MTM e seus ativistas, dentre os quais Giane Vargas Escobar e nosso saudoso poeta da Consciência Negra, Oliveira Silveira (grande incentivador, militante e autor do “20 de novembro”) quando organizaram em Santa Maria – RS o I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras. A partir desse ponto, o MTM foi ganhando maior visibilidade e o desejo de fazê-lo um espaço de (re)afirmação da identidade afro-brasileira ampliou-se, ao ponto de ser idealizado um Portal dos Clubes Sociais Negros do Brasil, como suporte, afim de congrega-los, bem como difundir sua existência e ações. Outras ações museais, foram ganhando vida a partir de exposições, fóruns, encontros, seminários, articulação popular, política e de ações afirmativas.

O Museu Treze de Maio é reconhecido nacional e internacionalmente por seu incessante trabalho na preservação da memória negra da SCFTM, da comunidade negra santa-mariense e da comunidade afro-brasileira. É importante ressaltar que entre tantas atividades desenvolvidas pelo MTM, uma das principais e/ou senão a mais deslumbrante de todas as atividades é a famosa Roda de Lembranças! As Rodas de Lembranças são ações museais que dão vida ao “Treze”, por meio da memória oral e da expressão popular da comunidade negra de Santa Maria... reafirmando-se como um espaço de memória, resistência e sociabilidade negra, além de elevá-lo a categoria de espaço capaz de proporcionar ricas pesquisas e aprendizagens significativas

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi propiciar experiências de visibilidade acerca da trajetória do Centro Cívico “Cruz e Souza” no que concerne a área de abrangência do Movimento Social Negro Brasileiro e a aplicabilidade da teoria museológica como prática, observando a realidade na área museal. Foi ainda um demonstrativo de que os Clubes Sociais Negros são ricos laboratórios de estudos, passíveis de musealização, permitindo-se ser explorados de forma atraente e interativa, são espaços de aprendizagem interdisciplinar, capazes de promover a prática de cidadania e de (re)integrar a comunidade negra lageana, ora afastada do “mundo” clubista.

Quando se tem a oportunidade de deparar-se com uma instituição como o Centro Cívico Cruz e Souza, e se tem a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos associados às práticas desenvolvidas dentro destas instituições, amplificam-se as evidenciais necessidades de um trabalho constante, capaz de fazer com que essas instituições assumam o seu papel de preservadoras e comunicadoras do patrimônio, que é a herança dos indivíduos inseridos no tempo e no espaço.

Também continua sendo, cada vez mais evidente e significativa, a garra dos militantes do movimento negro organizado, pois uma vez que os Clubes estão à serviço da sociedade negra, eles (os militantes e gestores clubistas) precisam ser criativos para que essa sociedade se veja identificada nesse espaço. Registre-se, ainda, a carência de políticas públicas na cidade de Lages para os povos afros, bem como a ausência de preocupação de muitos órgãos públicos em relação ao patrimônio.

No entanto, se faz necessário enfatizar: os gestores de Clubes precisam ser inovadores, buscando refletir sempre mais a identidade da comunidade que compõe o território cultural passível de musealização que a cerca. Compete aos gestores buscar respostas e soluções para (re)integrar, de modo permanente, o clube e a comunidade. O primeiro passo é a elaboração de projetos que tenham esse objetivo.

É essencial a criação de processos sistêmicos na área de educação patrimonial que permeiem os patamares sociais, onde o diálogo entre as diversas culturas aconteça, a fim de que seja desenvolvida a prática de cidadania, pois dessa forma pode-se concluir que tanto os Museus, quanto os Clubes Negros são vínculos

de expressão popular e espaços capazes de proporcionar aprendizagem interdisciplinar.

Registraram-se, aqui, algumas possibilidades de trabalho interdisciplinar, envolvendo outro espaço que não a sala de aula “tradicional”. Espera-se que outras propostas sejam socializadas para que se ampliem o processo de ensinar e aprender. Não se pretendeu esgotar o assunto. Esta pesquisa é, antes de tudo, uma contribuição para se desenvolver políticas sociais públicas para a negritude lageana de forma coerente e integrada à sociedade onde estão presentes os espaços e territórios de negros.

Ainda que instigante, a temática procura refletir sobre o que representa para o museu a relação com o movimento social negro, por força da preservação do patrimônio cultural material e imaterial, compromisso maior do museu, e das demandas de consumo turístico da sociedade, norteados pela metodologia da educação patrimonial.

Mesmo considerando que o conceito de patrimônio enquanto herança cultural contém um horizonte homogêneo e estabilizador, o processo de incorporação museológica transforma-se em estrutura motriz que almeja colocar o homem como sujeito de sua história e de seu processo cultural.

Tal relação ganha relevância no entendimento de que as duas áreas possuem aspectos complementares e diferenciados no tocante à questão cultural e patrimonial: o museu como questão social e os Clubes Sociais Negros como possibilidade de interação patrimonial e legitimação.

É neste contexto que residem as mais doces e amargas lembranças, fundamentadas nos valores, ritos, cantos, sonhos, ideais de lutas, religiosidades e vivências... Presentes nas fotografias em preto e branco, nos livros de atas, nas carteirinhas de antigos sócios, na oralidade transmitida de geração em geração, nas edificações, na imagem da estética do pente quente que deslizava pelos cabelos *carapinhas*, engruvinhados e de molinhas, no embalo dos bailes, no deslizar dos pesados ferros à brasa, que passavam os ternos de linho branco dos rapazes, na suavidade das mãos das tias e mães negras que com maestria engomavam as camisas de seus filhos e sobrinhos, mas que talvez nunca tenham pisado nos salões do Clube. No requinte dos trajes para os saudosos bailes de gala. Residem no “*chuá*” “*chuá*” das águas do Lagoão onde exímias lavadeiras negras derramavam seu suor e suas dores na busca do sustento de seus filhos. Residem nas matinês

dos dias festivos, onde havia a presença da etnicidade familiar. Nas quadrilhas juninas... Nos concursos de Rainha da Primavera. No sonho realizado de uma debutante negra, ao adentrar o salão nobre do Centro Cívico Cruz e Souza. Na procura de um amor, e quem sabe um futuro casamento. Na fé e seu sincretismo... Na luta contra a segregação racial. Na alegria esfuziante das costureiras ao confeccionarem as fantasias carnavalescas, na dedicação dos artesãos que confeccionavam as alegorias, para garantir um carnaval glamoroso na Lages do século XX. Na luta pelo conhecimento, pela educação, pela formação superior, pela altivez de conquistar um espaço social. No som da Banda Guanabara que arrastava a juventude. No desejo que movia Dona Natália a vir de São Paulo para Lages, apenas pelo prazer de dançar nos salões do “Cruz e Souza”. Na luta das mulheres negras, pelo seu espaço na política e na sociedade. No ritmo imponente do samba, que faz retumbar dentro de cada negra e de cada negro os atabaques. Nossos tambores amores.

Neste sentido, Escobar (2010) diz que é preciso preservar e reinventar os clubes sociais negros, pois aí estão para reforçar uma determinada história-memória que já não existe mais, mas que ao mesmo tempo é uma contradição, pois está viva nos resíduos, materializada nas edificações, em “documentos monumentos” e na memória dos remanescentes que reivindicam seu direito à registrá-la e guardá-la para o presente e para o futuro.

Os Clubes Sociais Negros reforçam no tempo e na história essa memória sublime e coletiva repleta de manifestações, de simbologias e significações que tão bem revelam a garra, a força e a resistência de homens negros e mulheres negras, empenhados em preservar e comunicar a sua identidade!

Tinham que ajudar o Clube se reerguer novamente, né?... Hoje as pessoas estudam, hoje as pessoas tem outra cabeça! A gente era meio assim a facção, né! O meu irmão teve sorte, estudou, mas eu não né, então hoje eu acho que eles deviam ajudar Clube crescer, né!⁸⁶

Olha, eu acho que são poucas as pessoas, né que tem uma consciência! Porque eu acho que falta a conscientização grande do negro, né! Pra que ele saiba o valor que ele tem!⁸⁷

⁸⁶ Depoimento de Dona Cecília.

⁸⁷ Depoimento do Sr. Antônio.

Eu penso que houve um reconhecimento, ainda tardio, né, mas em boa hora, que é possível haver essa introdução do negro na sociedade. Porque a gente foi muito prejudicado! Porque a República não olhava para este lado. Hoje, há uma possibilidade, não vou dizer de igualdade, porque sempre há uma farsa em cima disso tudo, mas já melhorou muito. Precisamos de mais negros no contexto público! Por exemplo, se pegarmos a Prefeitura de Lages, eu trabalhei muitos anos e me aposentei nela. Eram em média 3000 funcionários, e éramos somente três negros dentro dela.⁸⁸

O movimento negro hoje, busca com a mesma garra de seus antepassados a implementação de políticas públicas reafirmando-se Negros! Como memória viva de uma sociedade atuante.

A Pastoral Afro foi fundada em 1986 que foi o primeiro negro em Lages. Porque o CS não era um movimento negro; era uma vivência da comunidade negra. E não tinha o papel de combater racismo e reivindicar direitos. Não era um movimento político. A Pastoral Afro surge com estas características. E a partir da Pastoral surgiram outros movimentos negros. Hoje precisamos olhar o Clube com outro olhar, fazer com que ele seja um espaço de qualificação das pessoas! Não que lá vai ser uma escola, porque ele também não é, mas vai ser um espaço onde as pessoas tem conscientização da sua negritude e do seu papel na sociedade. O Clube hoje tem que fazer isso.⁸⁹

Acredito que já tem muita coisa implementada e guardada nas gavetas. Porque é não porque uma lei foi sancionada, que se muda a cabeça das pessoas. Então eu acredito que o que se precisa é mais divulgação do que já está feito. Que é para que as pessoas, tanto negras quanto brancas, saibam de tudo que já foi feito! Quanto aos gestores dos espaços clubistas, é preciso conhecer a história da sua população e do espaço, ter carinho, por aquele lugar que estão administrando. É preciso dirimir as mazelas. É preciso ter identidade.⁹⁰

Conclui-se que, se não forem tomadas as devidas providencias (medida sérias e comprometidas) por parte do Estado Brasileiro, para dirimir tais mazelas e salvaguardar estes espaços de memórias e sociabilidade negras, eles correm sério risco de sucumbir, assim como muito outros que já não existem mais, e com isto estaríamos pondo em cheque boa parte da história afro-brasileira da Nação.

Entende-se também, que os Clubes Sociais Negros são ainda locais de resistência, resiliência e sociabilidade, e tem se mantido apesar das adversidades, com o intuito de proporcionar o lazer e a recreação à comunidade negra, tal qual nos anos idos, em meio a intensa segregação racial que assolava o país.

⁸⁸ Depoimento do Sr. João Vitor.

⁸⁹ Depoimento da Prof^a Odete

⁹⁰ Depoimento da Prof^a Sonia.

Por fim, **comprova-se** que criar ecomuseus e museus comunitários nos espaços de clubes e sociedades negras ameaçados de fechamento é avançar na política de reconhecimento da contribuição do povo negro no desenvolvimento de nosso País, é preservar e garantir a memória local é documentar e divulgar bens materiais e imateriais de valor histórico e cultural relacionados à cultura africana e afro-brasileira. É trabalhar no sentido de promover o combate à discriminação, o preconceito e o racismo através de suas exposições, falas, material gráfico informativo etc; é oportunizar oficinas culturais que visem o lazer e a geração de trabalho e renda, bem como a autossustentabilidade, como: cursos de artesanato afro-étnico, música, dança afro, percussão, capoeira, teatro, coral etc. É contribuir na construção de uma sociedade igualitária e justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANICO, Marta. **A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade**. Artigo Publicado em Horizontes Antropológicos, Vol. 11, nº 23, Porto Alegre, Jan/Jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.org>.

ATAÍDE, Sebastião. **O Negro no Planalto Lageano**. Ed. Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Lages, Lages, 1988.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2000.

BRUNER, Jerome. **The Process of Education**, Harvard University Press, United States, 1960.

CANDIDO, Manuelina; Maria Duarte, *in* **Museus e conhecimento interdisciplinar**. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em: 20/01/2012

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Educação**, *in* Revista Educação e Sociedade, ano II, nº 5, jan. 1980.

Coleção de Leis 1841-1847. **Lei de 05 de maio de 1845**. Florianópolis: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Secretaria do Estado da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas I**. Superintendência de Museus, Belo Horizonte, 2002.

COSTA, Arlindo. **Metodologia da pesquisa**. Mafra, 2006.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação de Mestrado. UFSM. Santa Maria, 2010.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros e a educação patrimonial assente no legado afro-brasileiro**. In: Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana. p. 55 – 68. Frederico Wesphalen, URI, 2011.

ESTATUTOS DO CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA. Lages, 06 out. 1918.

FLECHA, Ramón e TORTAJADA, Iolanda. **“Desafios e saídas educativas na entrada do século”**. In Imberón, Francisco (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. MJ Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, Mar/Abr, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Alencar Parreiras. **Gestão de museus e do patrimônio cultural**. Revista Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre: Faculdade de Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras, jun/jul 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Alencar Parreiras, GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Alencar Parreiras. Modos de ver – museus e comunicação in Educação patrimonial e fontes históricas. **Cadernos do CEOM** (Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina) ano 14, nº 12, dezembro. Argos Ed. Universitária, 2000. 133-157 p.

JORNAL CRUZ E SOUZA. Lages, 1919.

JORNAL O CLARIM. Lages, 1907-1908; 1911.

LEITE, Maria Isabel, OSTETTO, Luciana Esmeralda (orgs.). **Museu, educação e cultura: encontro de crianças e professores com a arte**. Campinas – São Paulo; Papirus; 2005.

LERSCH, Teresa Morales, OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. El concepto del museo comunitário: historia viviente o memoria para transformar la historia? Ponencia presentada en la mesa redonda “Museos: nuestra historia viviente”, en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 2004. Tradução de Odalice Miranda Priosti. Fonte: **Jornal QUARTEIRÃO** – Santa Cruz – RJ – nº 77 – Maio/Junho 2008 – p. 15.

LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 2ª ed. EDUFBA, Salvador, 2000.

MARCON, Frank. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MARQUES, Mário Osório. **Formação do profissional da educação**. 3. Ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. PUC-SP. São Paulo, n. 10, p.7-28, Dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 25/03/2012

PANTALEÃO, Margarida Brandina – *in* Museu e ação pedagógica; uma parceria de sucesso. Artigo Publicado na **Revista Museu** – 2006. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em: 31/03/2012

PECHIMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. *In*: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/São Paulo - Marco Zero, 1994.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano de Lages**. Uniplac, Lages, 2002.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. UFSC. Florianópolis, 1991.

PEREIRA, Eráclito, SANTOS, Giordanna. Patrimônio Cultural, memória social e identidade: reflexões acerca dos Clubes Sociais Negros (SC) e da dança Siriri (MT). *In*: **Anais do V SIMP – Memória e Esquecimento**. p. 359 – 369, UFPel, Pelotas, 2011.

QUEVEDO, Júlio e DUTRA, Maria Rita Py, org. **Nas Trilhas da Negritude: Consciência e Afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Doação do Objeto: o museu no ensino de história**. Editora: Argos – CEOM/Chapecó – 2004.

RAUEN, Fábio José. **Roteiro de Investigação Científica**. Tubarão: Unisul, 2002.

MEC/SEF. **Referencial Curricular para a Educação Infantil** / Ministério da educação e do desporto, secretaria de educação fundamental. Volume 1. Brasília: 1998, p. 103.

MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: formação pessoal e social**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: 1998, Volume 2.

MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: conhecimento de mundo**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: 1998, Volume 3.

ROMÃO, Jeruse. **O que move o negro? Inventário sobre o movimento negro em Santa Catarina**. Florianópolis, 2001.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. **A comunicação no museu**. Dissertação final do curso de pós-graduação em museologia e patrimônio artístico. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1989/90.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: disciplinas curriculares**. Florianópolis: Cogen, 1998.

SANTOS, Adelcio Machado dos. **Educação: reflexões interdisciplinares**. Florianópolis, Nova Letra, 2005.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Minc/IPHAN/DEMU, Rio de Janeiro: 2008.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Repensando a ação cultural educativa dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

SERPA, Élio Cantalício. **A Reformulação das condutas e das sociabilidades durante a Primeira República**. Revista da Memória, Lages: Fundação Cultural de Lages, n. 1, p 13-29, 1996.

_____, *et al.* **Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República**. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis: UFSC, n. 3, p. 7-14, 1995.

SERRAT, Núria, RAJADELL, Núria. **A resolução de problemas: estratégia docente em espaços urbanos**. In DE LA TORRE, Saturnino, RIOS. **Curso de formação para educadores**. São Paulo, Madras, 2002, 127 – 141 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Tomas Tadeu da. **O Currículo como Fetiche: a poética e a política no texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIRVENT, Maria Teresa (org.). **Educação Comunitária: a experiência do Espírito Santo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

STUDART, Denise C. **Conceitos que transformam os museus, suas ações e relações**. Dossiê do CECA – Brasil, 2001, p. 35.

VARINE, Hugues de. **O Ecomuseu**. Revista Ciência & Letras. Porto Alegre: Revista da Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras. nº 27, pg. 61-90, jan/jun 2000.

VARINE, Hugues de. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços**. Intervenção apresentada no Congresso do ICOM Italiano. Verona, 2007.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre, Medianiz, 2012.

FONTES ORAIS

Antonio Rodrigues da Costa, 71 anos, motorista, ex-sócio do CCCS. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2012.

Antônio Carlos Medeiros Magalhães (Carlinhos), 58 anos, ex-presidente do CCCS, Consultor. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Cecília Moreira da Silva, 78 anos, ex-sócia do CCCS, Costureira aposentada. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Hercílio Oliveira da Silva, 92 anos, Mestre de obras aposentado, ex-sócio do CCCS, pertenceu à Diretoria do Clube, na qualidade de 2º Secretário do Conselho Fiscal. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012,

Inah Oliveira da Costa, 78 anos, Radialista aposentada, ex-sócia do CCCS. Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2012.

João Campos (Seu Jango), 78 anos, ex-sócio do CCCS, Pintor aposentado. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2012.

João Vitor Cândido de Oliveira, 69 anos, ex-sócio do CCCS, Funcionário Público aposentado. Consultor e Corretor. Entrevista Concedida em 25 de fevereiro de 2012.

Maria Benta Pires da Rosa Silva, 89 anos, Doméstica, esposa do Sr. Hercílio Oliveira. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Maria Inês Ataíde Salmoria, 55 anos, Professora, filha de Sebastião Ataíde, ex-sócia do CCCS. Entrevista concedida em 02 de março de 2012.

Maria Joaquina de Alcântara da Silva, 68 anos, sócia remida do CCCS, Doméstica. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2012.

Maria Mercedes Alves da Rosa, 79 anos, Costureira aposentada, ex-sócia do CCCS. Entrevista concedida em 01 de março de 2012.

Maria Odete da Costa, 68 anos, ex-sócia do CCCS, Técnica de Enfermagem aposentada, Pedagoga, Especialista em Educação das Relações Etnicorraciais e Multiculturalismo, Militante do Movimento Negro de Lages. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Marina de Oliveira, 68 anos, aposentada, filha do Sr. Hercílio Oliveira. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Nara Aparecida de Oliveira, 49 anos, Professora, filha do Sr. Hercílio Oliveira. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Natália Rosa dos Santos, 66 anos, empregada doméstica, ex-sócia do CCCS. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2012.

Rita Helena Rosa Magalhães, 57 anos, Professora aposentada, esposa do Sr. Antônio Carlos Medeiros Magalhaes. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2012.

Sonia Maria da Rocha Pereira, 54 anos, Servidora aposentada do Ministério da Saúde, Psicopedagoga, Coordenadora do Movimento Negro de Lages. Entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2012.

ANEXOS

MECANISMOS PARA O PROCESSO DE TOMBAMENTO MUNICIPAL DO CENTRO CÍVICO CRUZ E SOUZA, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGES – SANTA CATARINA⁹¹

A DEFESA DO PATRIMÔNIO

A preocupação com a defesa do patrimônio cultural brasileiro já ocorria em meados do século XVIII e teve prosseguimento no século XIX, vindo a amadurecer no terceiro decênio do século XX. Em 1937 foi instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e publicado o Decreto-Lei 25/37, com o intuito de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No Estado de Santa Catarina atuou primeiramente na proteção das fortificações militares localizadas na Ilha de Santa Catarina e já em 1938 em outros bens, localizados em Laguna, Joinville e Florianópolis, e ainda em 1985 e 1987, nos centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul, respectivamente. A proteção do poder público, representada pelo Estado data de 1980, quando foi homologada a Lei nº 5.846, de Tombamento Estadual. A Fundação Catarinense de Cultura é a instituição encarregada da aplicação desta Lei e da proteção do bem cultural de importância estadual.

Integram o patrimônio cultural catarinense: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O tombamento é um dos instrumentos utilizados para acautelar e proteger os bens representativos destes segmentos culturais, que estão impregnados das marcas de diferentes épocas de nossa história e que dizem respeito à formação da identidade e da vocação histórico-cultural de uma população. Os bens tombados pela FCC, constituem, assim, manifestações legítimas da cultura catarinense e são considerados de excepcional valor para o Estado.

A defesa das edificações tombadas compete não somente à FCC e aos que lidam diretamente com estas: o proprietário, o usuário, o visitante eventual, o vizinho. É importante destacar que o proprietário e o usuário do bem tombado são os responsáveis direto pela sua conservação, sendo que esta, na realidade, envolve toda a sociedade brasileira, que deve empenhar-se no exercício de sua cidadania para preservar os bens que culturalmente lhe pertencem.

⁹¹ Fonte: Cartilha “Proteção Legal do Patrimônio Cultural” – Fundação Catarinense de Cultura – Florianópolis - SC

TOMBAMENTO

CONCEITO

Palavra antiga que se referia aos documentos importantes que eram guardados e conservados na Torre do Tombo, em Portugal. “tombamento” atualmente significa um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor efetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo.

AS IMPLICAÇÕES DA PROTEÇÃO LEGAL

O tombamento é uma das primeiras ações para preservação do bem, à medida que impede legalmente sua destruição. Pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pelo Governo Estadual, através da FCC, ou pelas prefeituras municipais, utilizando leis específicas, cada instância, federal, estadual e municipal confere o título de Patrimônio Histórico-Cultural de acordo com a importância ou representatividade que o mesmo encerra. Portanto, cabe ao Governo Federal tomba os bens e conjuntos históricos ligados a eventos ou personalidade que são únicos e notáveis para a memória de toda a nação brasileira. O mesmo se aplica aos estados e municípios.

A Constituição Brasileira expressa a preocupação com o patrimônio cultural do país em vários artigos, incumbindo os poderes públicos de zelar pela preservação desses bens, como se verifica a seguir:

Art. 23. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Art. 30. Compete aos Municípios:

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 126.

§ 1 – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio histórico-cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A constituição de Santa Catarina, além de repetir as disposições da Carta Magna, no seu art. 173, parágrafo único, incisos III e IV, afirma que a política cultural do Estado será definida com ampla participação popular, baseada, dentre outros, nos seguintes princípios:

III – proteção das obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, artístico, científico e cultural.

V – preservação da identidade e memória catarinense.

Extrai-se, tanto da Constituição Federal quanto da Estadual, que ao Estado e ao Município, no exercício de suas funções, compete identificar, declarar e reconhecer, se responsabilizar pela fiscalização e preservação do patrimônio tombado, seja ele particular ou público, evitando assim, que sofra descaracterização ou deteriorização.

A Lei Estadual nº. 5.846, de 22 de dezembro de 1980, relativa à proteção do patrimônio cultural, dispõe que:

Art. 10. Iniciado o tombamento, desde logo incidirão sobre a coisa e os feitos desta lei.

Obviamente, o dispositivo legal acima descrito visa oportunizar uma pronta e eficaz defesa para o bem que se pretende proteger, frente à concreta possibilidade de sua deteriorização. Esta forma de proteção dos bens culturais é reconhecida como “tombamento provisório”.

O tombamento não altera a propriedade do bem, que poderá ser vendido, alugado ou herdado, ou ainda, ter seu uso mudado. Portanto, diferente de como muitos acreditam, o tombamento não implica em desapropriação, somente evitando que o bem seja destruído, mutilado ou descaracterizado. Apenas no caso de venda deve ser feita uma consulta prévia à instituição que efetua o tombamento, para que esta possa ter a preferência de compra.

O tombamento, em qualquer nível que seja (municipal, estadual ou federal), não traz consigo o ônus de uma obrigatoriedade de recursos para restaurações.

O simples ato de tombamento não quer dizer que o governo esteja obrigado a ressarcir o proprietário das despesas necessárias à manutenção de um bem cultural. Cabe à comunidade zelar por seu próprio patrimônio: só assim ela terá garantida a preservação de sua história e de sua identidade cultural.

A PRESERVAÇÃO NA ESFERA MUNICIPAL

O patrimônio cultural de cada comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade. Por isso, cada vez mais os municípios necessitam transformar-se em

agentes da preservação de sua própria identidade, garantindo assim o respeito à memória e a manutenção de qualidade de vida, sobretudo em seus centros urbanos.

No desenvolvimento de nossos núcleos históricos, vão se perdendo peças importantíssimas da memória urbana. Se não existirem mecanismos legais de controle e direcionamento deste crescimento, estes centros estarão fadados a desaparecer.

Assim como é imprescindível haver leis como o Plano Diretor e o Código de Posturas e Obras, que organizam e regulam o desenvolvimento de um centro urbano, é necessário proteger legalmente as edificações e centros da especulação imobiliária, através de leis municipais de preservação.

As leis e iniciativas municipais de preservação devem sempre que possível estar relacionadas com o planejamento urbano e territorial. Seria desejável a criação de zonas especiais de proteção nos planos diretores a fim de garantir um tratamento diferenciado aos centros históricos, como já acontece com áreas de preservação ambiental.

No entanto, na falta desses instrumentos, é ainda a legislação de tombamento que garante a preservação do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico de nossos municípios. Ao contrário do que é propagado, o tombamento não imobiliza o desenvolvimento dos centros históricos. A proteção legal de algumas áreas de nossas cidades vem ao encontro à melhoria da qualidade de vida nestes centros. As ações de revitalização urbana promovem a valorização dos imóveis e de suas funções. Além disso, o município pode criar e oferecer mecanismos de compensação ao proprietário do bem imóvel tombado ou preservado, como por exemplo a isenção do pagamento de impostos e taxas que incidem sobre a propriedade ou sobre a atividade que nela é desenvolvida.

A isenção de impostos e taxas deve ser concedida proporcionalmente ao estado de conservação do imóvel, podendo ser parcial ou total.

Outro benefício que o município pode lançar mão é do mecanismo de transferência do direito de construir, pelo qual o proprietário pode vender o potencial construtivo de sua propriedade, transferindo para o mesmo lote, quando este comportar, ou para outro terreno.

As prefeituras podem ainda, dentro das estruturas das secretarias de obras, criar equipes de conservação, fornecendo mão-de-obra gratuita visando a execução de pequenos reparos nos bens tombados, cabendo ao proprietário arcar com o material necessário.

MECANISMOS DE UM PROCESSO DE TOMBAMENTO MUNICIPAL

1. A solicitação de tombamento deve ser encaminhada ao setor responsável pela preservação cultural da Prefeitura e pode ser de iniciativa de qualquer cidadão, do proprietário ou do próprio órgão municipal de preservação. Esta solicitação deverá ser acompanhada de uma justificativa e da localização do bem. Se for possível, é importante anexar fotografias, dados históricos e levantamento arquitetônico.
2. A solicitação de tombamento deverá ser encaminhada para parecer técnico e, se aprovada, será instaurado o processo de tombamento.
3. O órgão público expedirá uma notificação, dando a conhecer o ato ao proprietário, estabelecendo um prazo pra impugnação, já definido na Lei Municipal de Tombamento.
4. Instaurado o processo de tombamento, cabe ao poder público a sua instrução. Quando se tratar de bem imóveis, a instrução conterà descrição e documentação do bem, justificativa pela qual o bem será tombado, a definição e delimitação da preservação do entorno do bem, os parâmetros para futuras instalações e usos. Para bens móveis, além das já colocadas, deverá ser definido o procedimento para sua saída do município e, em caso de coleções, a relação das peças componentes e a definição de medidas que garantem sua integridade.
5. Após instruído, o processo é enviado ao Conselho Municipal de Cultura que o distribui à sessão competente, a fim de opinar. Se o parecer for favorável ao tombamento, é designado um conselheiro relator que poderá solicitar ao órgão público, novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer outra medida que oriente o julgamento.
6. Aprovado o tombamento, será remetido ao Prefeito Municipal para homologação e far-se-á sua inscrição no Livro Tombo.
7. Se o monumento não for tombado, o processo é arquivado.

COMPOSIÇÃO DO PROCESSO

Um processo de tombamento compõe-se dos seguintes elementos:

- Pasta ou capa.
- Documento de solicitação do tombamento, quando houver.
- Instrução do processo: justificativa técnica, histórico, levantamento arquitetônico do bem com plantas e fotos.
- Notificação ao proprietário do bem a ser tombado.
- Parecer do Conselho Municipal de Cultura.
- Documento de homologação.
- Cópia da averbação do registro do tombamento feito em Cartório de Registro de Imóveis, para os bens imóveis, e Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para bens móveis.

LIVROS DE TOMBO

As inscrições de tombamento podem se dar em um único livro de tombo ou separadamente, conforme as várias categorias.

No Estado a lei estabelece 05 (cinco) livros distintos, a saber:

Livro Tombo Histórico (arquitetura, obras de arte sacra etc.).

Livro das Artes Aplicadas (artes menores).

Livro de Arqueologia.

Livro de Tombo Paisagístico (paisagens dotadas de rara beleza).

Livro de Tombo das Artes Plásticas.

No âmbito do patrimônio nacional foi estabelecida uma nova categoria de bem patrimonial, ou seja, o patrimônio imaterial. Nessa categoria estarão registradas as manifestações culturais não tangíveis. Ex.: saber-fazeres (artesanato), gastronomia típica, manifestações folclóricas etc.